

A Ideia de Estados Unidos da Europa no Século XX

Um Projecto por realizar

André Filipe Pinto Jorge

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Estudos Europeus

Junho 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações
Internacionais – Estudos Europeus, realizada sob a orientação científica da
Profª Drª Teresa Botelho

Agradeço a todos os que me ajudaram no meu percurso Académico

AGRADECIMENTOS

Todo este trabalho de investigação não teria sido possível sem o auxílio da Prof^a Dr^a Teresa Botelho, que ao longo deste último ano se mostrou disponível para auxiliar na elaboração da dissertação.

Quero deixar um forte agradecimento à Prof^a Isabel Baltazar, não só pela ajuda ao longo da tese, mas por me ter ajudado através da cadeira por si dada no Mestrado, a decidir que tema iria investigar. Não quero também deixar de agradecer à Prof^a Ana Santos Pinto pela importante ajuda, sobretudo nas questões metodológicas mas também nas reuniões com os colegas da especialização de Estudos Europeus, que permitiu a partilha de ideias.

A todos os meus amigos, mas sobretudo à Marta, à Catarina Coelho, à Flávia, ao Raúl, à Catarina Amaral, à Tânia à Leah, à Marta Dias e à Joana pela amizade, companheirismo, por todos os jantares e saídas à noite, e claro por todo o apoio que me deram durante estes cinco anos de faculdade.

Por fim, e como os últimos são sempre os primeiros, quero agradecer à minha Família. Aos meus pais por sempre me terem apoiado nas decisões que fui tomando ao longo do meu percurso académico e por sempre se mostrarem disponíveis a ajudar em tudo. Ao meu irmão, pela amizade, companheirismo e paciência para me ouvir e ajudar nalguns aspectos da formatação dos trabalhos da faculdade. Ao meu avô pela amizade ao longo de todos estes anos.

A todos, o meu Muito Obrigado!

André Jorge

A Ideia de Estados Unidos da Europa no século XX – Um projecto Por realizar.

André Jorge

Sumário Executivo

A ideia de unir política e economicamente a Europa é uma das questões mais debatidas ao longo de todo o século XX e também no início do século XXI. Apesar de hoje um conjunto de 27 países estarem unidos, não pode dizer que existe uma verdadeira união política e económica dos Estados Europeus de cariz federal. Este debate iniciou-se nos séculos XVII e XVIII, mas foi sobretudo no século XX que a ideia de “Estados Unidos da Europa” mais foi debatida por autores como Coudenhove Kalergi, mas também por Luigi Einaudi e Winston Churchill. Todos estes intelectuais tinham como objectivo comum a criação de um sistema de paz duradora na Europa, e voltar a colocar a Europa como a potência hegemónica. Para isso, defendiam para a Europa uma união política e económica dos povos europeus, que encontrou sempre grandes obstáculos ao longo de todo o século XX, como a grande força que os movimentos nacionalistas ainda tinham relativamente aos recém- criados movimentos federalistas. Coudenhove – Kalergi foi o primeiro dos autores do século XX a propor uma união política Europeia, tendo-se seguido Aristides Briand.

Em análise estarão os contributos dos autores do período entre Guerras. Esta época é muito importante já que finda a Guerra, a Europa precisava de se reerguer de modo a dar aos seus cidadãos as condições para viverem num clima de paz. Os Movimentos federalistas, emergiram com o objectivo de serem uma peça fundamental num processo que garanta um desenvolvimento, económico, social e político na Europa. Os projectos de União Política e Económica da Europa, neste período não vingaram, mas ao longo de todo o século XX e no início do século XXI foram vários os actores Políticos como Winston Churchill e mais recentemente Guy Verhofstadt, que quiseram deixar a sua opinião sobre o rumo que a Europa devia tomar.

Apesar deste projecto ainda não se ter realizado é inequívoco o contributo que todos estes actores/autores tiveram no desenvolvimento do Processo de Construção Europeia, visível por exemplo, nos vários Tratados Europeus.

Palavras-chave: *União Política, Europa, Construção Europeia, Federalismo*

The idea of United States of Europe in 21st Century – A Project to be Done.

André Jorge

Abstract

The idea of uniting Europe politically and economically is one of the most debated issues throughout the twentieth century and also the beginning of the twenty-first century. Although our days a group of 27 countries are together, we cannot say that there is or exist a real Political and economic union of European States with a federal nature.

This discuss began in the seventeenth and eighteenth centuries, but it was mainly in the twentieth century that the idea of “United States of Europe” was discussed by Coudenhove-Kalergi or Aristides Briand, and also by Luigi Einaudi and Winston Churchill. All these intellectuals had the common goal of the creating a good system of peace in Europe, and replacing Europe as a Hegemonic Power.

For this, advocated for Europe a political and economic union of the European Countries and people. Although, this idea always found huge barriers throughout the twentieth century, for example the impressive power of nationalists movements. In opposite, the Federal Movements had a low power in European Society.

The goal of the investigation, is analyzing the contributions of the authors of the beginning of the century, in the role of construction and integration of the European Countries. This season is very important. Since the War ended, Europe needed to rise in order to give their citizens the conditions to live in peace. Federalist Movements emerged with the aim of being a key player in a process that ensures a economic, social and political development in Europe. The projects of the Political and Economic Union of Europe at this time don't revenge, but throughout the twentieth century and early twenty-first century were several political actors like Winston Churchill and more recently Guy Verhofstadt, who wanted to leave your opinion about the direction that Europe should take.

Although this project has not yet been realized, the real contribution that all these actors / authors had in developing of the European construction process, are visible for example in several European Treaties.

Key-Words: Political and Economic Union, Integration, European Contruction, Federalism

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I – A génese do Federalismo.....	3
I. 1. Enquadramento Conceptual	3
I. 2. A essência do Federalismo	7
I. 3. O Modelo Federal Norte-Americano	10
I. 5. O Modelo Federal Europeu.....	15
Capítulo II: A Ideia de União dos Estados Europeus.....	17
II. 1. Antecedentes Históricos	17
II. 2 Contexto Europeu do início do século XX.....	20
II. 3 A Pan-Europa de Coudenhove-Kalergi.....	24
II. 4 O Projecto de Aristides Briand.	28
Capítulo III: O Período pós 2ª Guerra	33
III. 1. Os Movimentos Federalistas.....	33
III. 2. Winston Churchill e a Ideia de União da Europa.....	38
III. 3. A ideia de Unificação Europeia depois de 1950	41
Capítulo IV: Tendências do Debate actual.....	47
Capítulo V: O Sonho Realizado.....	55
V.1. Contributos para o Processo de Integração Europeia	56
Conclusão	71
Bibliografia	74
Anexos	77

Introdução

A percepção do que é a Europa remonta à época da Grécia antiga, mas a ideia de União política dos Estados Europeus remonta aos séculos VXIII, XIX, XX e XXI. Foi a partir de Victor Hugo que se começou a debater o futuro da Europa.

Contudo só após 1920 depois do final da 1ª Guerra Mundial esta questão passou a ser amplamente debatida, tanto entre as elites culturais como entre as elites políticas, pois com o conflito a Europa via a sua hegemonia mundial terminada, pelo que precisava de se unir para conseguir construir um sistema de paz duradouro e que fosse capaz de devolver a posição hegemónica. O Interesse pelo tema nasce da curiosidade de verificar como foi desenvolvida a ideia de “Estados Unidos da Europa” numa época em que todos sabemos seria difícil apresentar uma proposta de união política a um conjunto de países que só há pouco tempo tinha garantido a soberania sobre o seu território, mas também avaliar outros projectos já da segunda metade do Século XX e até do início do século XXI, e qual o contributo que deram ao processo de construção Europeia, por exemplo através da análise dos Tratados e Convenções Europeias. A possibilidade de estudar o pensamento de figuras como Aristides Briand, Coudenhove-Kalergi ou Winston Churchill foram outro motivo que penderam para a escolha do tema. Ao longo do trabalho pretendo analisar as propostas de criação de uma espécie de “Estados Unidos da Europa” durante o período a seguir à 1ª Guerra, mas também avaliar quais as razões que os levaram ao fracasso.

Para analisar o sonho de se construir uma união Federal entre os Estados Europeus é essencial na investigação verificar quais são os pressupostos do Federalismo Europeu, e compará-los evidentemente ao modelo Norte-Americano, que é sem dúvida o Modelo Federal que mais sucesso até hoje teve.

Como já acima foi referido o grande foco da investigação, feito o enquadramento teórico-conceptual e a apresentação dos contributos essencialmente dos três nomes já acima referidos, é verificar a importância que as ideias destes pensadores tiveram no processo de Integração Europeia, ou seja saber se os decisores Políticos da segunda metade do século tiveram em conta as ideias lançadas no início do mesmo e decidiram o caminho que a União deveria levar tendo em conta os

pressupostos apresentados anteriormente. A melhor forma de avaliar se os contributos dessas personalidades influenciaram as tomadas de decisão durante a integração Europeia, é naturalmente através da análise de alguns dos tratados e das convenções Europeias.

Pelo meio, e para justificar também se o sonho de uns “Estados Unidos da Europa” já se concretizou, será feita uma breve resenha das tendências do debate acerca da questão do federalismo europeu, tendo em destaque personalidades políticas Portuguesas.

Estes são os grandes objectivos do trabalho que deverão estar espelhados no final da investigação.

Capítulo I – A Génese do Federalismo

No presente capítulo, começará por se fazer o enquadramento teórico-conceptual da investigação, partindo-se depois, para uma análise ao que é o Federalismo, umas das várias teorias da Integração Regional, sendo essa análise centrada nas características que vários autores atribuem a esta teoria.

Sendo que o Federalismo conheceu o seu expoente máximo nos Estados Unidos da América, este teve uma grande influência na criação do Federalismo Europeu que partilha grande parte das características do Modelo Norte-Americano. Assim, no capítulo será analisado o Federalismo Americano, desde os tempos da confederação até à transição para a Federação Americana.

Apesar de o Modelo de Federalismo Europeu ir buscar inspiração ao Modelo Norte-Americano, existem diferenças e características próprias de cada um dos modelos

I.1 Enquadramento Conceptual

Os objectivos desta investigação passam pela análise da ideia de “Estados Unidos da Europa” ao longo de todo o século XX de forma a perceber qual a sua importância no processo de construção e integração Europeia. Outro dos objectivos é perceber o porquê desta ideia tão antiga ainda não ter sido concretizada. Para a investigação, utilizaremos um modelo explicativo, ou seja, pretende-se atingir os objectivos através da análise de artigos e material já existente, que possibilitam a análise dos vários projectos de união política europeia e quais as suas implicações no processo de integração europeia, nomeadamente através dos tratados Europeus. Esta questão pode ser analisada segundo vários prismas que caracterizam a análise dos vários assuntos tratados pelos Estudos Europeus. Assim, das várias teorias da Integração Europeia a que melhor se adequa é a Teoria do Federalismo Europeu.

Na área dos Estudos Europeus, há um vasto leque de informação, a maioria sobre a forma de Livros, artigos ou documentos em formato digital. Para poder responder à pergunta de investigação, é importante definir os principais conceitos nela inserida. Antes de mais é preciso referir que a “ideia de Estados Unidos da Europa” não

é o mesmo que a “ideia de Europa” apesar de serem termos que nalguns pontos se tocam. Nos Estudos Europeus, o debate acerca da forma como a União Europeia se deve organizar é amplamente discutido e existe um grande número de livros, artigos de opinião ou críticos acerca da sua organização, tendo em conta as várias teorias da integração: Federalismo, Intergovernamentalismo, Institucionalismo e Funcionalismo. Para a investigação, a teoria utilizada é a do Federalismo europeu, que é visto como sendo o modelo mais sólido, por ter um exemplo de sucesso (EUA), por pressupor a existência de uma Constituição e a partilha de soberania entre um governo central (federal) e os governos regionais. No essencial, a Ideia de “Estados Unidos da Europa” pressupõe uma integração Europeia a nível político, que é o último dos níveis de Integração Regional¹. Para os autores anteriormente referidos, uma união política é o melhor caminho para a Europa enfrentar os desafios que se lhe apresentam.

No resto do Mundo existem alguns casos comparáveis ao que será analisado. Destacam-se sobretudo o Pan-Americanismo, no sul do Continente Americano (nenhum dos processos de integração regional na América Latina tinha como objectivo a integração política ou a manutenção da estabilidade e da segurança na região, sendo que nenhuma das instituições têm carácter supranacional. O mais conhecido projecto de integração regional sul-americano é o Mercosul). O outro caso comparável, e neste caso, com algumas semelhanças é a Integração regional Asiática, ou seja, a ASEAN (Associação das nações do Sudeste Asiático) e dá um salto importante em 2003 com a realização da Cimeira de Bali, na qual os Estados Membros decidiram criar uma comunidade com vertente económica, de segurança e de âmbito sócio-cultural.

Desde 1980, a ASEAN e a União Europeia têm uma parceria, com a assinatura de um acordo de cooperação entre a Comissão Europeia e os Estados membros da ASEAN, com a excepção do Myanmar por não respeitar os princípios da Democracia e os Direitos Humanos. O Modelo da ASEAN é inspirado no modelo de integração da UE. Estes dois exemplos, apesar de se inspirarem de certo modo na integração Europeia, nunca pretenderam atingir o patamar de integração regional que a Europa atingiu,

¹ Para uma Região ter uma integração completa deve ter 5 níveis de integração: Zona de Livre Comercio, União Aduaneira, Mercado Comum, União Económica e União Política.

pretendendo unicamente criar zona regionais de comércio livre, não pretendendo sequer a criação de uma moeda única a exemplo do Euro no caso Europeu.

Quando falamos da Integração Europeia temos obrigatoriamente que ter em conta a integração Política, já que como vimos anteriormente é o 5 e último dos níveis de integração. Quando falamos de Integração Política, temos de ter em conta estas variáveis, que são determinantes, pois o “salto” para o nível mais elevado de Integração Regional, pressupõe que haja uma partilha de poder entre um governo federal e outros governos, nos mais diversos níveis, pressupõe a perda de parte da soberania política dos Estados, que podem acabar por ficar “subordinados ao governo central” e, uma tomada de decisões a vários níveis, começando sempre pelo mais local e acabando no nível nacional ou até supranacional.

Para responder à pergunta de investigação, a recolha de informação basear-se-á sobretudo em obras completas, em capítulos de obras literárias mas também em artigos de opinião, críticos, e ainda em publicações periódicas. Para a análise do contexto histórico e para melhor ilustrar qual a percepção que se tinha da ideia de “Estados Unidos da Europa”, serão tidos em conta, alguns artigos de jornais portugueses. Uma pequena parte dos contributos para a investigação, será retirada das mais diversas bases de artigos que se encontram na internet.

A informação recolhida, terá de corresponder ao que são as perguntas derivadas e os grandes eixos problemáticos da investigação. Assim, para os eixos problemáticos é importante definir o tipo de informação que é relevante. É importante perceber como foi evoluindo esta ideia de “Estados Unidos da Europa”, mas também, como se deu a integração Europeia até aos nossos dias e também o contributo que os federalistas deram a esta ideia.

Para que seja possível identificar as possibilidades de desenvolvimento da questão a tratar, é necessário identificar um conjunto de variáveis, descritores e respectivos indicadores. Assim, para as variáveis acima referidas, definem-se um conjunto de descritores. No que se refere à variável partilha de poder, temos como descritores pertinentes por quem irá ser partilhado o poder, ou seja, quais serão os

actores que no contexto da uma União Política Europeia irão deter o poder e ainda definimos como indicador, o número de actores pelo qual se irá dividir o poder.

Para a variável perda de soberania, o descritor é saber a quem o Estado “doa” parte da sua soberania e o indicador é saber se é um único actor que a recebe. Por fim, quanto à variável “Multi-Level Governance”, temos como descritor quem irá ter a tomada de decisão no contexto europeu e como indicador o número de organismos que irão ser os “Making-Decisions”.

As variáveis acima definidas podem interligar-se entre si e relacionarem-se, abrindo campo à construção de hipóteses. Por exemplo, as variáveis partilha de Poder e “multi-level Governance”, interligam-se por a partilha do poder por diversos actores e níveis de poder pressuporem uma tomada de decisão partilhada por diversos actores e a vários níveis, ou seja, num contexto de União Política Europeia (Estados Unidos da Europa) a tomada de decisões não estaria centralizada, mas dividida por vários actores.

A Relação das variáveis é de tipo aditiva, ou seja, temos um conjunto de variáveis que determinam a evolução da Integração Política Europeia

A observação dos dados recolhidos é uma observação indirecta, pois é não participante, tendo recorrido a recolha de dados já disponibilizados. A Informação recolhida baseia-se em fontes Primárias, Secundária e em bibliografia crítica. Os textos base da investigação são artigos livros ou declarações que os autores da ideia de “Estados Unidos da Europa” lançaram. Para que seja possível fazer uma abordagem crítica ao pensamento dos autores utilizam-se fontes secundárias, ou seja, em que nos é facultada uma interpretação acerca das ideias lançadas nas fontes primárias nomeadamente em artigos de jornais. É utilizada uma pesquisa descritiva, procurando conhecer e interpretar as ideias deixadas pelos autores desta ideia de União Política Europeia.

O tipo de pesquisa utilizada é bibliográfica, pois a informação foi recolhida de livros e ou artigos. Quanto ao tratamento da informação recolhida, será adoptado um tratamento narrativo, ou seja, a informação relativa à ideia de “Estados Unidos da

Europa” foi pormenorizada, contendo um carácter interpretativo da análise feita pelos autores.

A validação das hipóteses pretende-se que seja subjectiva, pois neste projecto não são utilizados dados estatísticos que possam levar á utilização de uma validação desse tipo de dados. O tipo de investigação utilizada de carácter básico, pois baseia-se na análise e interligação de teorias e explicações já existentes para responder á questão de partida, sendo por isso teórico, baseando-se unicamente em informações já existentes para responder á questão de partida elaborada. Nesta investigação utilizo uma observação baseada num estudo comparado, pois pretende-se saber qual a importância que o grande eixo problemático, a União política Europeia, teve na Construção Europeia e no processo de integração Europeia, ou seja, verificar se ambas se influenciam uma à outra.

A utilização de uma observação baseada num estudo comparado, poderá então levar-nos a verificar se, de facto, a ideia de “Estados Unidos da Europa” teve influência na Construção Europeia e no Processo de Integração Europeia, tal como o conhecemos nos nossos dias.

I.2 – A essência do Federalismo

O Federalismo é um termo da maior relevância na Ciência Política e Relações Internacionais e ainda mais nos Estudos Europeus, pois é uma das Teorias que explicam a Integração Europeia. Tem como principal Teórico Altiero Spinelli. A sua existência pressupõe a presença de um normativo constitutivo (Constituição), visando acomodar uma série de unidades territoriais. Quanto à forma de organização do Estado, esta teoria defende que esta deve assentar na divisão da soberania entre uma autoridade de um Governo Central (federal) e a autoridade de diversas unidades políticas autónomas (Estados Federados), sendo que o funcionamento cruzado destes dois governos é regulado pela constituição.

Mas o federalismo não emana a partir de um corpo único da teoria ou a partir de um projecto constitucional. Podem muito bem haver propriedades diferentes pois

um sistema de governo federal precisa ser visto numa perspectiva mais ampla simbiótica - a coexistência de unidades distintas, mas constitutivas.

São várias as definições do que é o federalismo, pelo que serão apresentadas duas ou três definições.

D. J. Elazar define federação como “um sistema político composto por fortes entidades constituintes e um forte governo central, cada um possuindo poderes que lhe foram delegados pelo povo e capacitados para lidar directamente com os cidadãos no exercício desses poderes.”²

Já segundo M. Forsyth, as estruturas federais “ Estabelecem uma união mas garantem, simultaneamente, a autonomia, e corrigir ou liquidar proporção ou equilíbrio entre os dois ”³ Quanto a J. Robinson considerava que o Federalismo se baseava “na existência de diferenças regionais e no reconhecimento das reivindicações das áreas Compostas para perpetuar as suas características individuais”⁴

A união das várias unidades territoriais é de carácter voluntário entre várias entidades livres por opção, pelo que os seus teóricos não defendem uma união pela força como fizeram Napoleão ou Hitler, pois nesse caso deixaria de ser uma Federação de Estados Livres para ser um Império, em que há uma força dominante. Ora, no caso do Federalismo o princípio da união caracteriza-se por ser horizontal, ou seja, pela igualdade entre todas as partes constituintes da mesma.

Da união livre de várias unidades territoriais, emerge naturalmente uma dualidade de poderes, sem que no entanto a instauração de uma nova entidade autónoma, que se encontra acima das outras, signifique o desaparecimento do carácter de cada um dos Estados do Estado federado, já que é do confronto entre a

² D. J. Elazar *et al.*, *Federal Systems of the world: a Handbook of Federal, Confederal and Autonomy Arrangements*, second edition, London:Longman, 1994, p. 16

³ M. Forsyth, *Political Science, Federalism in Europe*, Discussion Papers in Federal Studies, No. FS 95/2, University of Leicester, 1995, p. 12

⁴ K. Robinson *Sixty years of Federation in Australia*, *Geographical Review*, 51(1), 1961, p.2

vontade de autonomia de cada unidade com o seu compromisso voluntário na realização de uma federação que procede a harmonia deste sistema.⁵

Um dos principais fundamentos do federalismo é a noção de um pacto constituinte. A sua existência impede, que se pense o federalismo como algo imposto de cima por um poder, convencido dos benefícios da descentralização, pois o Pacto constituinte traduz na realidade, a existência de uma vontade de confluência. Este pacto, implica a procura sistemática de canais de mediação e instaura o compromisso como expressão natural da política, como resultado das relações horizontais e igualitárias, ou seja, ao associar o reconhecimento de uma entidade particular composta por outras entidades autónomas, que não deixam por isso de estar implicadas na realização da vontade geral, o federalismo assenta numa visão optimista da confrontação, que irá gerar situações de uma efectiva dialéctica construtiva geradora de consensos e de progresso.

A teoria do Federalismo já não se apresenta no seu estado puro, mas é possível estabelecer paralelos entre os seus princípios e as questões teóricas que atravessam o processo da construção Europeia. O primeiro desses pontos de encontro é que tanto o federalismo como a experiência Europeia consagram a predominância do Direito (apesar de as instituições comunitárias não resultarem de um pacto fundador tão marcado como pode ser a constituição americana.

O Segundo ponto de encontro deve-se ao facto que desde o Tratado de Maastricht as instituições europeias inspiram-se no Principio da subsidiariedade, um princípio altamente Federalista, cuja aplicação servirá para uma maior aproximação entre o cidadão e o poder. O terceiro e ultimo ponto de encontro reveste-se com o facto de a teoria federalista estabelecer uma estrita proporcionalidade dos direitos e dos deveres entre as partes contraentes, que é uma condição essencial à harmonia interna, existente igualmente na experiência Europeia.

É também importante notar que uma federação é diferente de uma confederação. A diferença entre as formas federal e confederal reside no facto de que

⁵ Wendert, Jean; Bérout, Sophie, *O Futuro da Europa*, trad: Joana Caspurro 1ª edição (Lisboa, Ambar, 2002) 85-89

nos sistemas federais, as instituições centrais têm liberdade para exercer as responsabilidades que lhes são atribuídas pela Constituição, numa relação directa com o eleitorado, enquanto em sistemas confederais as entidades centrais, actuando como delegados dos governos regionais, são dependentes deles para um acordo no que respeita às políticas comuns.⁶

Segundo Duchacek, uma federação visa “criar uma nação para muitos ou preservar uma nação pelo reconhecimento atempado da sua diversidade interna”⁷ e uma confederação pretende “estabelecer uma ordem especial de unidade entre os estados, sem privá-los da sua soberania”⁸

I.3 – O Modelo Federal Norte-Americano

O Federalismo Americano, inaugura o chamado Federalismo Contemporâneo. Até à Revolução Americana, o federalismo era visto como um projecto racional que reunia em si, algo semelhante a um contracto social, entre os soberanos em representação dos seus Estados, em vez de ser um contracto entre indivíduos, em torno de um objectivo primordial da paz.⁹ Com a revolução Americana surge um como já foi dito, o Federalismo Contemporâneo que tem como principais características as já mencionadas no ponto anterior. Contudo, uma das novidades do federalismo Americano foi que era indispensável a criação de uma identidade política comum com cariz Republicano, entre todas as partes integrantes da Federação.

Assim o Federalismo, acaba por emergir com três características do republicanismo, que estabelece a lógica comum do Federalismo:¹⁰ 1- O

⁶ R. L Watts, “Federalism, Regionalism and political integration” in D. M Cameron (ed), *Regionalism and supranationalism: Challenges and alternatives to the Nation-State in Canada and Europe*, London: Institute on Research on Public Policy, 1981. P. 12

⁷ I. D. Duchacek, *Comparative federalismo: the territorial dimension of politics*, London: Hold, Rinehart and winston, 1970, p. 233

⁸ Lister, *The European Union, the United Nations and Revival of Confederal Governance*, p. 35

⁹ Viriato Soromanho-marques, *Tópicos de Filosofia e Ciência Política – Federalismo: Das raízes Americanas aos dilemas Europeus*, (Lisboa: Esfera do Caos, 2011; 2ª edição) 27-28

¹⁰ Viriato Soromanho-marques, *Tópicos de Filosofia e Ciência Política – Federalismo: Das raízes Americanas aos dilemas Europeus*, (Lisboa: Esfera do Caos, 2011; 2ª edição) 29

Estabelecimento de um Sistema Representativo, em que tanto os órgãos federais como os órgãos dos seus membros teriam de ser eleitos pelo povo, conforme o princípio da Soberania Popular; 2 – a Separação e equilíbrio de Poderes, ou seja com base na concepção de Locke e de Montesquieu em que a relação e equilíbrio entre os poderes legislativo, executivo e judicial, devia estar presente não só no poder central, mas também nos órgãos dos Estados pertencentes à federação; 3 – Estabelecimento do Primado da Constituição. Todos os deveres e direitos tanto dos cidadãos como dos órgãos representativos dos mesmos, devem ser definidos com clareza e transparência, num texto fundamental, ou seja numa constituição.

Os Federalistas Americanos introduziram uma nova lógica aposta à política tradicional, em vez do “dividir para reinar”, no Federalismo os Governos são divididos e colocados ao serviço dos cidadãos. Encontramos dois sistemas Políticos e de governo (federal e estadual), cujas competências e limites são reconhecidos numa lei fundamental. Ambos são controláveis e responsabilizáveis pelos cidadãos.

Voltando atrás, o modelo americano começou a desenhar-se quando treze colónias Americanas, apesar de se encontrarem em diferentes fases de desenvolvimento aceitaram unir-se na luta contra a metrópole (Grã-Bretanha), dotando-se de uma estrutura confederal interestadual. Importa então perceber o que é uma confederação. Montesquieu define-a como sendo uma Sociedade de Sociedades, em que se dá uma associação de entidades com o mesmo estatuto, e não procura por isso promover outro interesse, a não ser o das partes associadas. Ainda segundo a definição de Montesquieu a relação entre elas é igualitária, não existindo subordinação.

A autonomia das partes poder ser limitada em certas matérias, mas esta é voluntariamente concedida no quadro dos Tratados Internacionais, mas em contrapartidas, as partes adquirem o direito de secessão e de veto. Por contraposição ao Federalismo em que os sujeitos da federação são os próprios cidadãos dos Estados membros, numa confederação os sujeitos são os Estados Membros.

Este tipo de associação difere de uma federação pelo facto de regra geral (excepção feita à Suíça), não se prolonga no tempo, sendo instituídas em situações

críticas, por exemplo em caso de Guerra, acabado por se dissolverem ou transformarem-se em Federações.

Os treze Estados que se uniram, aprovaram a sua própria Constituição, mas a Confederação Americana atribuiu em tempos de guerra ao Congresso apenas uma responsabilidade limitada, para que se ocupasse da gestão dos exércitos, das relações diplomáticas e da subscrição de empréstimos, estando portanto impedido de ter o poder de regulamentar as trocas comerciais ou de cobrar impostos. Poder-se-ia dizer que se assimilava a uma “liga de Amizade”, que sobreviveu até à Convenção de Filadélfia onde entre Maio e Setembro de 1787, os Estados americanos firmaram um compromisso do qual saiu a Constituição Americana, que ainda hoje se encontra em vigor. Não se pense contudo que este foi um passo fácil, já que houve algumas discordâncias, já que havia Estados que procuraram garantir o poder do Governo central, mas também havia Estados determinados em garantir as condições necessárias ao “Self Government”.

Os pais do Federalismo Norte-Americano foram James Madison, John Jay e Alexander Hamilton, que redigiram oitenta e cinco artigos, os conhecidos “federal Papers”, consagrados a convencer através da imprensa, aqueles que deviam aprovar em cada Estado o compromisso acordado em Filadélfia. No Sexto “paper” Hamilton afirma que se os treze Estados fossem totalmente independentes era inevitável a hostilidade, envolvendo-se uns com os outros em conflitos vários, já que por natureza os Estados vizinhos competem pelos mesmos recursos. Esta afirmação de Alexander Hamilton reforça a sua ideia de que é necessária a criação de uma união que tenha mecanismos que resolvam estas questões, impossibilitando a existência de conflitos.

Os Federal Papers dividem-se sobretudo em duas partes: Numa primeira parte os seus autores discutem os defeitos do governo actual (a Confederação); numa segunda parte acabam por discutir acerca das novas instituições e princípios criados pela Constituição Americana. Um ponto comum a todos os Federal paper’s é a ideia de se consagrar uma união com o objectivo final de garantir a paz a segurança e o bem-estar das partes integrantes.

Na nova Constituição Americana é possível isolar dois grandes princípios que exprimem o essencial das finalidades presentes na mesma: a vontade controlar e de limitar o poder através dos Contrapoderes (Checks and Balance); e por outro, o desejo de respeitar a liberdade individual, ou seja a possibilidade de os vários Estados associados definirem as suas próprias leis.

Os Federal papers são a maior fonte interpretativa da Constituição Americana e a melhor visão e explicação do que os pais fundadores propuseram no documento que serve de base ao governo Americano.

Entretanto, a Constituição consagra a recomendação de Montesquieu quanto à separação dos três poderes (legislativo, executivo e judicial. À divisão horizontal do poder acrescentou-se uma nova dimensão que permite distinguir as prerrogativas atribuídas à federação¹¹, das pertencentes por direito aos estados constituintes e ao povo soberano. Dá-se assim, a instalação de um sistema Bicameral, em que o princípio da soberania dos Estados está representada de igual modo no seio do Senado e a Soberania do povo, está representada de forma proporcional à sua população na Câmara dos Representantes., atribuindo o poder legislativo de forma idêntica às duas assembleias.

Desta forma a Constituição assegurava aos pequenos Estados uma real capacidade de decisão, e fazia do regime federal, algo mais que uma simples agregação das partes. Existe portanto, um interesse superior, o da federação paralelo ao das entidades federadas, razão pela qual a nação Americana podia incarnar-se na figura do presidente. Para Alexis de Tocqueville¹²¹³, a existência de um forte sentimento nacional, era a pedra que dava a consistência ao sistema federativo americano.

O Papel atribuído ao Supremo Tribunal é muito importante, já que o controlo jurídico por ele exercido revela-se actualmente como um dos critérios essenciais dos

¹¹ “em numero pequeno e definidas” - Madison.

¹³ In *De lá Democratie en Amérique (1835-1840)*

regimes federalistas, pois permite assegurar dentro da legalidade a boa coordenação dos poderes e de regular as dissonâncias que poderiam perturbá-la.

Outra nota a ressaltar que Montesquieu insistiu sobre a necessidade que qualquer Federação que pretenda durar no tempo, tem de harmonizar as formas políticas das suas partes, e de facto a natureza republicana dos treze Estados americanos foi inscrita na constituição como um dado *sine qua non*.

Uma outra alteração que se pretendia com a aprovação da Constituição de Filadélfia era que ao contrário da unanimidade exigida pelos Artigos da Confederação, bastassem nove dos treze Estados para a aprovarem.

Não se pense contudo, que houve unanimidade total durante a Convenção de Filadélfia, já que algumas medidas eram criticadas pelos “Antifederalistas”. As suas principais reservas prendiam-se com o medo da existência de um governo central forte, argumentando que não precisavam de um novo “tirano” que sucedesse aos britânicos; bem como a inexistência de uma “Bill of Rights”¹⁴. Estas preocupações viriam a ser tomadas em conta no processo de ratificação da Constituição que consagrou a existência de uma Carta de Direitos, bem como estabeleceu claramente os poderes dos vários estados.

No movimento de transição da confederação para a Federação Americana destacam-se dois momentos fundamentais, combinados entre si que dão um traço identitário próprio da experiência revolucionária americana: O momento anti-colonial, em que se evidenciou Thomas Paine, que elaborou no “common Sense” em 1776, o elenco argumentativo que se viria a tornar no paradigma do discurso anti-colonial.

O segundo momento, o republicano, foi decisivo e simultâneo ao primeiro, e teve igualmente na figura de Thomas Paine uma referência, tendo construído a ideia de que na “América a Lei é o Rei”¹⁵

Todavia, os “antifederalistas” e os Artigos da Confederação não desapareceram, nem a Federação Americana funcionou em pleno. Durante quase um

¹⁴ Uma Carta de direitos, constituída pelas dez primeiras Emendas à Constituição e que consagra, nomeadamente, os direitos à liberdade religiosa.

¹⁵ “In America The Law is the King

seculo de 1776 a 1861, os EUA foram governados em vários aspectos, apesar da existência da Constituição, como uma confederação onde os Estados associados contavam mais que o próprio governo federal.

Neste contexto, nesta época, a autoridade federal era particularmente fraca, não havendo praticamente ministérios, o Presidente não tinha uma equipa de conselheiros e o serviço federal mais importante á época eram os correios. Foi também só a partir de 1861 que os EUA passaram a contar com um exército federal digno desse nome, já que até à data contava com pouco mais de 15 mil soldados, para um país com aproximadamente 30 milhões de habitantes. Apesar deste reduzido efectivo, sempre que foi necessário, conseguiram atingir um efectivo substancialmente maior.

O ponto de viragem para a América federal deu-se com a Guerra Civil entre 1861 e 1865, pois constituiu, uma reacção tardia aos Artigos da confederação de 1777, pois foram sobretudo os estados do sul que maiores dificuldades tiveram em digerir a Constituição federal. Só depois da guerra civil é que se foi desenvolvendo verdadeiramente, uma autoridade federal. A abertura em direcção a Oeste, a ampliação da rede de caminho-de-ferro e a entrada em cena da grande indústria, que só foi possível com a união de todos os Estados, caso contrário não teriam envergadura suficiente para o comércio internacional, foram factores tão decisivos quanto a constituição, no desenvolvimento da América Federal.

I.4 – O Modelo Federal Europeu

No Projecto Europeu está patente uma visão potencialmente federal, ou seja, em traços gerais, a natureza dessa visão resulta no facto de se considerar que a esfera da união (sistemas de governação, instituições, leis e práticas políticas) não resultam de uma agregação desordenada de contributos de cada um dos Estados mas como constituindo uma esfera própria, com uma identidade e densidade especificas, ao dispor da construção e reconhecimento dos objectivos que materializam o interesse geral e comum dos povos, dos Estados e dos cidadãos da Europa.

Esta visão federal opõe-se á ideia de que a união é um conjunto de egoísmos dos estados nacionais, moldados, pela ditadura do curto prazo.

A União deve ter um estatuto e identidade própria, sendo que um dos indicadores dessa identidade própria é a proposta de uma cidadania europeia, estabelecendo com efeito um laço entre os cidadãos e a união no que concerne aos direitos e deveres, constituindo a única maneira de quebrar a redutora identidade entre cidadania e lealdade nacional, pois é instaurada a dupla nacionalidade, que se constitui como uma das fontes maiores da força e especificidade da União.

Guy Verhofstadt¹⁶, defendeu que a opção federalista é o caminho certo que a Europa deve seguir: “Deixando de lado o modelo social que esta federação desenvolveu, é ainda hoje evidente que a opção pelo modelo federal se revelou a escolha certa. É um exemplo para nós, qual dedo apontado a indicar o caminho que a Europa tem de seguir”¹⁷

¹⁶ Ex-Primeiro Ministro Belga, defensor do Federalismo Europeu e consequentemente da realização de uma espécie de “Estados Unidos da Europa”

¹⁷ Guy Verhofstadt, *Os Estados Unidos da Europa*, (Lisboa: Gradiva, 2006; 1ª Edição) 49-50

Capítulo II - A Ideia de União dos Estados Europeus

Neste Capítulo será feita uma pequena apresentação dos antecedentes históricos da consciência Europeia, conferindo que apontamentos históricos contribuíram para que nascesse, já desde a Grécia Antiga uma consciência Europeia, comum a todos os Estados cristãos que se encontravam no continente Europeu.

De seguida far-se-á, uma análise do início do século XX no continente Europeu, que directa ou indirectamente possa ter contribuído para que o período entre guerras seja considerado o grande período das ideias de se construir uma espécie de “Estados Unidos Da Europa”. Foi também neste período que a discussão desta possibilidade passou do domínio das elites culturais para as elites políticas.

Ainda neste capítulo serão apresentados os dois grandes projectos de união política e económica da Europa. Primeiro no início da década de 20, Coudenhove-Kalergi, apresentou um manifesto, a Pan-Europa, que definia as bases sob a qual iria assentar essa união dos povos Europeus. Já na década de 30, sucede-lhe um dos mais reconhecidos políticos Europeus da primeira metade do século XX, Aristides Briand, que acabou por apresentar um projecto essencialmente de união económica.

II.1 Antecedentes Históricos

A Consciência Europeia, não é algo dos nossos tempos, remontando à época da Grécia antiga, contudo a origem da ideia de Europa remonta à Idade Média¹⁸ através de Dante ou Pierre du Bois¹⁹ e desde então os projectos que defendem esta ideia têm-se sucedido, propondo confederações dotadas de instituições comuns, assembleia e até um exército. Estes desígnios não tiveram grande aceitação pois não se conhecia até à data uma primeira realização de tal projecto.

Estes projectos acabam por contribuir para a introdução e difusão da ideia de uma Europa Unida. Estes projectos tinham como base sobretudo a defesa da paz e da harmonia que se perpetua através da defesa dos Direitos Humanos e com o processo de democratização.

¹⁸ Dante em *A Monarquia* faz um apelo a um poder supranacional que deve respeitar a diversidade e os costumes dos povos.

¹⁹ Pierre du Bois em *A República Cristiana*.

Estes projectos são enriquecidos pela *Paz perpétua* de Kant, que afirma o princípio e a necessidade de regimes republicanos dos Estados membros antes de se encerrar a ideia de federação europeia, ou no ideal dos “Estados Unidos da Europa” entre os pensadores, poetas e homens de acção, como Victor Hugo, Proudhon ou Lamartine.

Todos estes projectos se baseiam nos Direitos Humanos e na participação activa dos cidadãos, opondo-se à união da Europa através da força como fez Napoleão e como faria Hitler já no século XX, preconizando portanto uma federação livremente consentida por todos.

Saint-Simon viria juntar à dimensão Federal e política uma dimensão económica e técnica, com o selo da industrialização do século XIX. O seu plano fundamenta-se na economia prevendo ao mesmo tempo uma organização global da sociedade Europeia, colocando o problema europeu no terreno dos interesses comuns e dos compromissos sólidos. No centro da sua organização estaria um Parlamento Europeu, continuando a haver parlamentos nacionais, mas seria reconhecida a supremacia de um parlamento geral acima de todos os governos nacionais, investido com o poder de ajuizar as diferenças entre os estados. As ideias de Saint-Simon prefiguram, pese embora algumas diferenças, o modelo funcionalista que mais tarde orientará a acção de Jean Monnet até à criação da CECA.

Contudo a ideia de unidade europeia surgiu verdadeiramente no século XIX por Victor Hugo, Pierre Dubois, Emeric Crucé, Sully, entre outros, quando começam a emergir novos actores da cena internacional fora da Europa, que poderiam afectar o imperialismo Europeu. Apesar da forte implementação dos movimentos nacionalistas em toda a Europa, estes não puseram em causa a identidade europeia dos povos europeus que sentiam uma necessidade de afirmação conjunta da Europa face ao resto do mundo. Esta força externa à Europa acaba por ser o motor da preservação da paz, já que um conflito irá levar a Europa a perder a hegemonia na cena internacional.

O maior contributo foi dado por Victor Hugo, um entusiasta da ideia de unidade Europeia com contornos políticos definidos, apresentando a Europa como “Estados Unidos da Europa”

“O povo Francês talhou, num granito indestrutível, e colocou, mesmo no meio do velho continente monárquico, a primeira pedra desse imenso edifício do Futuro que se chamará um dia os Estados Unidos da Europa”.

Foi no entanto, nos Congressos para a paz em 1849, que nas várias intervenções que fez, que Victor Hugo apresentou a sua ideia sobre a Unidade dos Estados Europeus:

(Hugo 1849) “Um dia virá em que vós França, vós Rússia, vós Itália, vós Inglaterra, Vós Alemanha, todas vós, nações do continente, serão, sem perderem as vossas qualidades distintas e as vossas individualidades gloriosas, incorporadas numa unidade superior, e constituirão uma fraternidade europeia, tal como a Normandia, Bretanha, Borgonha, Lorena e Alsácia, todas as províncias, foram incorporadas na França (...)

«(...)Um dia virá em que as balas e as bombas serão substituídas por votos, pelo sufrágio universal das nações... Teremos os Estados Unidos da Europa que unirão o velho mundo, como os Estados Unidos da América uniram o novo. O espírito de conquista, transformado em espírito de descoberta, a pátria sem fronteiras, o comércio sem alfândegas, a juventude sem caserna, a coragem sem o combate, a vida sem a morte, o amor sem o ódio (...)»²⁰

Victor Hugo baseou toda a sua intervenção tendo em conta a realidade histórica, o que mostra a sua intenção de que as ideias que apresenta sejam aplicáveis e não uma mera formulação utópica. Teve assim o mérito de conseguir que a ideia de Unidade Europeia fosse aprofundada, continuando ainda hoje a ser um projecto europeu, já que não se realizou ainda a União das nações Europeias, como veremos mais adiante.

²⁰ Victor Hugo, “Discours d’ouverture. Congrès de la Paix, 21 Août 1849” in *Politiques. Acte set paroles. Avant l’exil*, Paris, Laffont, 2002, p. 145

II.2 Contexto histórico Europeu do início do Século XX

Analisando o contexto da época a Europa tinha acabado de sair de uma violenta guerra mundial, que pôs claramente em causa a hegemonia do “velho Continente”. Após o conflito por toda a Europa se pedia uma forma de se garantir um sistema de paz duradouro, que permitisse à Europa manter a sua hegemonia mundial.

Há época a Europa teve um importante auxílio por parte dos EUA, já que para estes era importante que a Europa se reerguesse de modo a contar novamente com o seu maior parceiro na cena internacional, não só economicamente como comercialmente. (Plano Marshall)

Contudo com total fracasso da Sociedade das Nações (SDN) começaram a surgir projectos de união política dos povos europeus. Durante e depois do final da 1ª Guerra são vários os contributos. O senador Francês Léon Bourgeois elaborou um projecto de unidade Europeia²¹, Luigi Einaudi²² defendia a União da Europa, alertando para a necessidade de congregar os povos da Europa de forma a garantir a solidariedade dos mesmos para que a Europa não perca o seu papel tradicional na cena internacional. Assim deixa bastante claro que só uma Europa Unida pode voltar a colocar a Europa como uma potência hegemónica, como fora durante largos séculos. O intelectual Paul Valéry, deu também o seu contributo, tendo afirmado que:

“ (...) Nós civilizações sabemos agora que somos mortais”, mas que
“Nem tudo está perdido mas tudo se sentiu perecer”²³

Durante anos na Europa todos achavam que a posição hegemónica do continente nunca poderia ser posta em causa, mas a 1ª Guerra Mundial veio confirmar o contrário, dando-se o seu declínio.

No pós 1ª Guerra e apesar da manutenção e aparecimento de novos movimentos nacionalistas, uma vaga de ideias federais sobre a Europa emergiram.

²¹ Léon Bourgeois apresentou um projecto de unidade europeia intitulado “*Pour la Société des Nations*”

²² Presidente da República de Itália

²³ Paul Valéry, “*Variétés I et II*, Gallimard, p.13.

Entre os vários artigos e publicações destaca-se a figura de Gaston Rieu que defende a instituição de uma federação continental que pudesse ombrear com os três blocos hegemónicos à época (E.U.A, U.R.S.S e Reino Unido). Estavam assim criadas as condições para criação dos movimentos federalistas Europeus, que tinham como principal objectivo transpor o debate acerca destas questões da esfera cultural para a esfera política, pouco aberta a debater uma união política e económica Europeia.

No período que se seguiu à 1ª Guerra, os grandes intelectuais europeus, como Valéry, Thomas Mann, Croce, tentam definir a Europa e assim contribuir para um novo espírito europeu que ultrapasse as rivalidades antigas. O diplomata Espanhol Salvador Madariaga, julga que o espírito Europeu se encontra a meio entre a América, onde a vontade é preponderante em relação ao espírito, e a Índia, onde o espírito domina a vontade, enquanto na Europa é característico o “equilíbrio entre espírito e vontade. Já para Thomas Mann, a Europa é indissociável da ideia de Humanismo, pois considera que se o humanismo não encontrar soluções para ressuscitar as forças vitais, então, a Europa morrerá, tornando-se numa simples expressão geográfica e histórica.

Ainda antes do término da 1ª guerra mundial começaram a surgir as primeiras ideias de unir os povos Europeus. Contudo esta discussão fazia-se i entre as elites culturais e não entre as elites políticas, pois não havia um interesse político na questão. Contudo, os intelectuais conseguiriam levar esta questão para o meio político, obrigando a classe política a debater as questões relativas à criação de uns “Estados Unidos da Europa”.

Um dos intelectuais que mais polémica criou foi Ortega Y Gasset já que entende que a Europa era uma sociedade desde tempos antigos²⁴, pelo que as suas fronteiras eram barreiras à evolução da ideia de federação política Europeia. Ainda antes do final da 1ª Guerra o Chanceler Alemão Betham-Hollweg alertava para a necessidade de haver um “grito” favorável a soluções pacifistas, firmando-se acordos

²⁴ Ortega Y Gasset – *“A Unidade da Europa numa sociedade, não é um ideal, mas um facto vívido diariamente desde tempos muito antigos”*

que impediriam o aparecimento de novos conflitos²⁵, que como viemos a verificar não resultou já que posteriormente deu-se a 2ª Guerra Mundial.

Graças ao contributo dos vários intelectuais da época e aos projectos políticos de Coudenhove – Kalergi e Aristides Briand a ideia de unidade política Europeia passou ora a ser debatida pelas elites culturais, ora pelas elites políticas, o que denotava a necessidade de unir a Europa. Entretanto, em 1925 com a assinatura por parte da Alemanha do pacto de Locarno²⁶, dá-se um importante passo rumo à pacificação da Europa. Esta aproximação entre alemães e franceses foi conseguida com o contributo de Aristides Briand²⁷ e Gustav Stresemann²⁸. Recorde-se que Aristides Briand foi um dos maiores impulsionadores da entrada dos alemães na Sociedade das nações Ambos eram grandes defensores de uma espécie de “Estados Unidos da Europa”, mas se o primeiro viria a elaborar um programa de União política e económica, Stresemann demonstrava-o através dos seus discursos, tendo afirmado que com o final da 1ª Guerra a Europa se “balcanizou”, ou seja, se fragmentou, defendia portanto junto outros países europeus a necessidade de se estabelecer uma cooperação económica, falando já há época da criação de uma moeda Europeia.

Foi em 1926, que se deu uma nova aproximação entre alemães e franceses. O Partido Social-Democrata Alemão introduz no seu programa a unificação Europeia, e simultaneamente, o presidente da Câmara de Colónia, Konrad Adenauer (que virá a ser uma figura muito importante na Construção Europeia) organiza um encontro político entre alemães e franceses de modo a constituir-se um ponto de partida para a tomada de decisões políticas conjuntas de ambos os Estados. Neste contexto, há uma aproximação entre o Partido Democrático Popular Francês e os Partidos de Centro da Alemanha, resultando na criação de um secretariado dos partidos populares e cristãos, naquela que foi a primeira tentativa de criação de um Partido Europeu.

²⁵ Betham-Hollweg – “ *Se no fim da Guerra, e depois disso, o mundo se aperceber por completo da terrível destruição de vidas e de propriedades, em todo o mundo se irá erguer um grito a favor das soluções pacifistas e serão firmados acordos que, tanto quanto está no poder dos homens, vão impedir que tal catástrofe volte a acontecer. Esse grito é tão justificado, que certamente terá um resultado*”.

²⁶ Ao assinar o Pacto de Locarno a Alemanha aceita as suas fronteiras ocidentais, impostas desde o Tratado de Versalhes, o que permitiria uma aproximação entre o alemães e franceses, aproximação essencial à pacificação da Europa e o enterrar de uma rivalidade que causou muitos mortos.

²⁷ Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês

²⁸ Chanceler Alemão.

Em 1929 surgiria um novo projecto de união dos Estados Europeus, por Sforza²⁹ e em 1930 foi a vez de Édouard Herriot defender a criação de uma União Europeia no seio da SDN na obra *“Europe”*³⁰.

É também na década de 20 que se vão sentir movimentações em torno da defesa da Unidade Europeia, levadas a cabo por políticos e intelectuais, convencidos da necessidade de unir a Europa. Com a assinatura do Pacto de Locarno em 1925, um momento importante das Relações internacionais no século XX, pois representa a aceitação por parte da Alemanha das suas fronteiras ocidentais, impostas desde Versailles. Com a reconciliação Franco-Alemã a ideia de Unir a Europa ganhava dois apoios de peso, já que sem um entendimento entre Alemães e Franceses essa União seria impossível. Esta seria, pois, a base necessária ao erguer do alicerces da unidade europeia, como reconheciam Aristides Briand e Gustav Stresemann, considerados os arquitectos da paz no velho continente.

Na Sociedade das Nações Aristides Briand fez eco da necessidade de a Europa se encontrar em paz e formar um bloco capaz de viver com as diferenças dos seus povos:

“O Acordo de Locarno tinha algo novo, substituindo o espírito de individualismo pelo espírito de solidariedade. É pela solidariedade humana que a guerra será impossível. À minha frente estão os delegados alemães...Isto não quer dizer que eu não seja um bom francês, como eles, estou em crer, bons alemães. Mas aqui estamos como Europeus. (...)”

Que não haja mais guerras, soluções brutais e sangrentas para os nossos diferendos. Naturais, eles terão que ser regulados pelo direito. Assim resolvem os seus diferendos os cidadãos que recorrem à justiça. Assim as nações terão de encontrar meios pacíficos de ultrapassar os litígios. Fora as armas, metralhadoras e canhões! Pela conciliação, arbitragem e pela paz!”³¹

²⁹ Sforza *“Les États-Unis d’Europe”*

³⁰ Segundo Pierre Gerbet a, a originalidade da obra está no facto de incluir no projecto a Inglaterra, contrariando a tendência tradicional de afastar a mesma dos projectos Europeus. Cfr. Pierre Gerbet, *La Construction de l’Europe*, Paris, Imprimerie nationale, 1983, p. 36.

³¹ Aristides Briand “Discours à la SDN”, le 10 Septembre, 1926.

Um pouco sem querer, já que não era essa a sua vocação a SDN acabou por estar ligada ao nascimento de uma ideia europeia no período entre guerras, tal como o considerava o analista político, Christian Frederik Heerfordt³², que acreditava no nascimento de uma Nova Europa, surgindo uma federação de nações europeias, com uma defesa comum, um mercado económico, uma moeda única, transportes e instituições comuns. Falava igualmente nos Estados Unidos da Europa, que queria como objectivo o de garantir a paz na Europa

II.3 A Pan-Europa de Coudenhove-Kalergi

O conde Richard de Coudenhove – Kalergi (1894-1972) era filho de mãe japonesa e de um pai diplomata austro-húngaro, tendo crescido na Áustria. Em 1922 publica na imprensa alemã e austríaca um apelo à criação de uma “Pan-Europa” e, em 1924, publica o manifesto Pan-Europeu, o primeiro documento susceptível de se tornar expressão de uma corrente de opinião forte a favor de uma união Europeia. A originalidade do documento advém do facto de relativamente a projectos anteriores juntar à sua volta vários responsáveis políticos, economistas e intelectuais, tornando-se no movimento europeísta mais dinâmico e com maior projecção mundial.

A sua intenção era a de despertar um movimento político federal em todos os Estados Europeus. Em 1926 realiza-se o congresso Pan-Europeu, no qual Kalergi apresenta as principais linhas da “Pan-Europa” perante dois mil delegados de 24 países. Ao reunir um número alargado de delegados e com grande abrangência de nacionalidades parecia que a sua proposta teria grande aceitação. Apesar desta mobilização e do aparecimento dos movimentos federalistas Europeus, os povos europeus identificavam-se mais com os movimentos nacionalistas que continuavam a ter um papel determinante na sociedade e política dos estados Europeus, sendo contrárias à criação de uma união política Europeia.

³² C.F. Heerfordt, interessou-se desde o final da 1ª guerra mundial pela política internacional, elaborando estudos sobre as possibilidades de assegurar a paz na Europa.

Kalergi refere neste congresso que os “*os Homens de Estado se têm inspirado nos Homens de Cultura*” e que este seu projecto é um projecto que deixa para as gerações futuras o aplicarem, não circunscrevendo a um período temporal. Os principais pressupostos do manifesto Pan-Europeu apresentados pelo próprio no Congresso Pan-Europeu de Viena em Outubro de 1926.³³

1. Estabelecimento de uma confederação europeia com garantia recíproca da igualdade, da segurança e da soberania de todo o Estado Europeu;
2. Um tribunal federal europeu para resolver todos os conflitos entre Estados-membros;
3. Uma aliança militar Europeia, com uma força aérea comum para garantir a paz e o desarmamento equilateral;
4. A criação progressiva da União aduaneira europeia;
5. A valorização comum das colónias dos Estados Europeus;
6. Uma moeda Europeia;
7. O respeito das civilizações nacionais de todos os povos da Europa, fundamento da comunidade de cultura da Europa;
8. A Protecção de todas as minorias nacionais e religiosas da Europa, contra a desnacionalização e a opressão;
9. A colaboração da Europa com outros grupos de Estados no quadro de uma Sociedade das Nações Universal.

Do Congresso que reuniu à volta da Coudenhove-Kalergi, personalidades como Briand, Herriot, Albert Thomas ou Konrad Adenauer saiu igualmente o Manifesto de Viena, que dizia:

“ A Comunhão de interesses pavimenta o caminho que conduz à Comunidade Política. A questão europeia é esta: é concebível que sobre a pequena quase ilha europeia, vinte e cinco Estados vivam lado a lado em anarquia internacional sem que tal estado de coisas conduza à mais terrível catástrofe política, económica e cultural? O futuro da Europa depende da resposta que seja dada a esta questão. Ele está, pois, entre as mãos dos

³³ “Traci programme du mouvement en 1926”; in *Information Historique*, nº 2, 1981, p.58. Citado por Isabel Baltazar, *A Ideia de “Estados Unidos da Europa” entre as duas guerras – Reflexos em Portugal*, Lisboa, Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias, Vol. XVI – XVII (2ª série) 2003, p. 313-314

Europeus. Vivendo em estados democráticos, somos todos co-responsáveis da política dos nossos governos. Não temos pois o direito de nos limitar à crítica; temos o dever de contribuir para a realização do nosso destino político...”³⁴

Está pois claro, nesta comunicação a convicção de que a futuro da Europa teria de passar pela União dos Estados que compõe o continente, de modo a evitar conflitos e qualquer tipo de anarquia no seio da Europa. Os actores culturais estavam na sua generalidade de acordo com esta ideia, faltava contudo convencer grande parte dos decisores políticos da época.

Coudenhove-Kalergi teve um papel muito importante na expansão da discussão da ideia de unir política e economicamente a Europa até à esfera política, já que acabou por conseguir que os Estados discutissem o seu plano. O grande objectivo dele era unir a Europa para que esta consiga manter a sua hegemonia internacional, face ao aparecimento de novos actores, mas também como forma de perpetuar a paz na Europa e evitar o avanço do Comunismo da União Soviética à Europa Ocidental. Contudo, este projecto não incluía na “Pan-europa” o Reino Unido (que também não mostrava grande interesse em dele fazer parte, e mais tarde Winston Churchill vem acentuar esta posição) e por estar intimamente ligado aos E.U.A e de fazer parte da Commonwealth³⁵, e a Rússia que era vista como uma ameaça para a Europa, pois temia-se a difusão dos ideais comunistas e por só uma parte do seu território se encontrar em território europeu. Nele apelava-se igualmente à rejeição das forças nacionalistas por toda a Europa, através dos instrumentos democráticos (eleições).

Este projecto tinha por fundamento um Sistema Parlamentar Bicameral (Câmara dos povos – 1 deputado por milhão de cidadãos) e uma (Câmara dos Estados - representantes dos Governos de cada Estado), privilegiando-se a igualdade entre nações.

Contudo, Coudenhove-Kalergi fez questão de referir que só seria possível atingir a União Pan-Europeia de carácter federativo, se houvesse igualmente uma

³⁴ Citado por João Mota Campos, Direito Comunitário, vol. I, p. 32.

³⁵ A Commonwealth é uma organização que agrupa o Reino Unido e as suas antigas colónias como a Austrália e o Canadá.

união cultural Europeia que assentasse nos princípios da civilização Europeia, ou seja tendo em conta a herança grega e cristã. Para convencer da necessidade da criação de uma Europa em todas as dimensões escreveu:

“Para existir um dia sobre a carta política, a Pan-Europa deve enraizar-se no coração e no cérebro dos Europeus. É necessário que de povos a povos, industrias a indústrias, literatura a literatura, associações a associações, os pontos sejam lançados, amizade interesse, compreensão mútua. O sentimento da comunidade pan-europeia, o patriotismo pan-europeu deve coroar e completar o sentimento nacional. A Europa não pode esperar que os seus governantes e chefes dos Partidos Políticos se dêem conta da necessidade dela se unir. Cada homem, cada mulher, convencidos da necessidade da Pan-Europa devem pôr-se ao serviço desta ideia da qual depende o destino do continente e o destino de uma civilização”.³⁶

Inicialmente a ideia de Kalergi parecia ter sido recebida com entusiasmo, tendo influenciado actores políticos e económicos. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês Édouard Herriot, apelou em 1925 no Parlamento francês à União da Europa (foi o primeiro a defender a concretização política dos “Estados Unidos da Europa”, tendo dito que “o meu maior desejo é ver um dia surgirem os Estados Unidos da Europa”).

Contudo o manifesto foi alvo de algumas críticas, tendo Kalergi referido que os grandes movimentos começaram por Utopias, e que apesar de se pensar muito sobre uma Europa Unida, poucos são os trabalham para a sua concretização.

Apesar do esforço feito, o movimento “Pan-Europeu” foi votado ao fracasso, já que os Estados europeus não estavam particularmente interessados em construir uma unidade política Europeia e porque os povos europeus estavam mais sensíveis aos apelos nacionalistas do que aos apelos a favor da unidade europeia, pelo que esta ideia de Kalergi apesar do debate político acaba por não passar de uma construção intelectual.

³⁶ Coudenhove-Kalergi, *Vers la Paneurope*, Paris, 1927, in Gérard Bossuat, op. cit. , p.27.

Entretanto Aristides Briand entra para o Movimento Pan-Europeu como Presidente honorário e acaba por dinamizar de novo a ideia de união dos povos europeus, já que o projecto de Kalergi muito por culpa dos ainda fortes movimentos nacionalistas tenha esmorecido um pouco. Convencido de que a SDN dificilmente poderia garantir a paz, por se basear na inviolabilidade da soberania nacional, A. Briand decide apresentar um novo projecto de União dos povos Europeus que pudesse evitar uma nova guerra na Europa. Com esta actuação de Briand o projecto da pan-europa de Kalergi é relegado para segundo plano, perdendo influência.

Apesar da ideia de Coudenhove – Kalergi não ter reunido os apoios suficientes a nível político para avançar, o pensamento de Kalergi foi decisivo no período após a 2ª Guerra Mundial e influenciou de certa forma o processo de integração Europeu.

II.4 O Projecto de Aristides Briand

Antes da apresentação do seu projecto de unidade Europeia, ainda como Ministro dos negócios estrangeiros encetou esforços de modo a conseguir uma aproximação da Grã-Bretanha e da Alemanha, essenciais á paz no continente, tendo sido mesmo um dos impulsionadores da Entrada em 1929 na SDN por parte da Alemanha. Foi em 1929 na Liga das nações que Briand teve o seguinte discurso:

“Eu acredito que uma espécie de vínculo federal deve existir entre as nações geograficamente reunidas como países da Europa. Essas nações devem, a qualquer momento, ter a possibilidade de estabelecer contactos, de discutir os seus interesses, de adoptar resoluções comuns, de criar entre si um laço de solidariedade que lhes permita, em ocasiões apropriadas, para enfrentar uma situação grave, caso venham a surgir (...) Evidentemente, a associação vai ter lugar, principalmente no domínio económico: esta é a questão mais premente...”³⁷

³⁷ In Isabel Baltazar, *A Ideia de “Estados Unidos da Europa” entre as duas guerras – Reflexos em Portugal*, Lisboa, Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias, Vol. XVI – XVII (2ª serie) 2003, p. 322

Aristides Briand mostrou desde sempre grande afinidade com as ideias de Kalergi pois defendia que uma Europa unida seria a melhor forma de se garantir a paz. Nesse sentido, em 1929 lançou um projecto de uma união Europeia, junto da SDN. Contudo, o projecto de A. Briand era diferente do projecto de C. Kalergi, já que o seu projecto fazia passar uma ideia de União económica e não união política. Ora, era mais fácil passar um discurso de união económica europeia pois tendo em conta as teorias da integração regional, uma união faz-se numa 1ª fase através da cultura e da economia e só numa fase posterior se faz uma união política. Aristides Briand propunha uma união económica, garantindo a soberania nacional dos Estados, o que gerou grande entusiasmo à volta da sua proposta.

Ao apresentar as suas ideias na SDN, conferia a estas um carácter oficial e político, o que torna a sua actuação mais arrojada que a protagonizada por Kalergi anos antes. Antes da sua apresentação à Sociedade das Nações fez ainda questão de falar com vários actores políticos europeus que acolheram as suas ideias com interesse, excepção feita mais uma vez ao Reino Unido, que mostrou grandes reservas. Contava com a aprovação das suas ideias no Parlamento Francês e parecia ter reunido em torno das suas ideias, parte da opinião Pública Europeia. Viria então em Setembro de 1929 a apresentar o projecto na SDN:

«(...) Associei-me, nestes últimos anos, a uma propaganda activa em favor de uma ideia que se quis rotular de generosa, talvez para não a qualificar de imprudente. Esta ideia, que nasceu há já alguns anos e que invadiu a imaginação de filósofos e poetas, valendo-lhes o que se poderia apelidar de sucesso de estima, esta ideia progrediu por mérito próprio. E acabou por surgir como resposta a uma necessidade. Os propagandistas reuniram-se para a difundir, para a fazer ir mais longe no espírito das nações e confesso que me encontrava entre estes propagandistas. No entanto, nunca me iludi quanto às dificuldades de tal projecto, nem descurei os inconvenientes que podem advir para um homem de Estado ao lançar-se no que se poderia qualificar como uma aventura.

(...)

Penso que entre os povos que estão geograficamente agrupados como sendo os povos da Europa, deverá existir uma espécie de vínculo federativo; estes povos deverão ter a possibilidade de, a qualquer momento, entrar em contacto, discutir os seus interesses, tomar resoluções comuns, estabelecer um vínculo de solidariedade, que lhes permita fazer face, no momento oportuno, a eventuais circunstâncias graves. É este vínculo que eu gostaria de me esforçar por estabelecer.

É evidente que a associação actuará sobretudo no domínio económico: é a questão mais urgente. Penso que aqui poderemos obter resultados positivos. Mas estou igualmente certo de que, do ponto de vista político e do ponto de vista social, o vínculo federal, sem afectar a soberania de cada uma das nações que poderiam fazer parte de tal associação, poderia ser vantajoso, e proponho-me, durante esta sessão, convidar os meus colegas que representam aqui as nações europeias a considerar oficiosamente esta sugestão e a propô-la para análise aos respectivos governos, a fim de formular mais tarde, talvez durante a próxima sessão da Assembleia, as possibilidades de realização que nela julgo discernir. (...)»³⁸

Apesar de o projecto ter sido bem recebido pelas elites políticas Europeias, os Estados europeus pediram a Briand que precisasse melhor os seus objectivos, levando-o a apresentar os seus objectivos no que viria a ser conhecido como “Memorando Briand”. Com o memorando, os Estados Europeus iam-se mostrando mais apreensivos por acharem que há uma certa sobreposição do peso político sobre o económico, pois a espécie de “Laço federal” por ele defendida, deixava muitas dúvidas junto dos parceiros europeus, apesar de este reafirmar que tal não afectará os direitos soberanos dos Estados-membros.

Com o memorando, não pretende fazer uma Europa contra um outro país ou conjunto de países, mas estabelecer as bases para um futuro europeu sustentado na paz e no diálogo. Não pretende portanto a criação de uma organização com carácter agressivo, pretende sim uma integração económica. Estas suas ideias recolhem o apoio da imprensa e dos sectores liberais europeus, reconhecendo que a ideia não é nova

³⁸ Discurso de Aristides Briand, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, perante a SDN, a 5 de Setembro de 1929, JO da SDN, décima sessão, 1929.

mas é bastante interessante. Procurava também responder às necessidades de uma época muito marcada pela Guerra, e de uma Europa que precisava de coordenação política, moral e económica., daí que A. Briand falasse na criação de se estabelecer um laço entre nações Europeias, que segundo ele não punha em causa a soberania nacional dos vários Estados, mas que não convencia a maioria dos governantes, que viam no estabelecimento deste laço uma forma de perder uma parte da sua soberania.

Pretendia-se que a futura associação fosse composta por um órgão representativo, a Conferência Europeia, presidida por representantes dos governos europeus e um órgão executivo, um comité político composto por alguns membros e um secretariado. Entre várias propostas destacam-se a ideia de se estabelecer mercado comum para elevar ao máximo o nível de vida e de bem-estar dos europeus.

Apesar de estar mais virado para a união económica, também este projecto viria a ser votado ao fracasso já que não houve uma resposta unânime dos Estados Europeus. Embora concordassem com a necessidade de se iniciar uma cooperação económica entre os Estados, a ideia de “laço federal” era mal vista. Como esta proposta não foi liminarmente aceite nem recusada, constituiu-se no seio da SDN uma Comissão de Estudos para a União Europeia a 17 de Setembro de 1930, presidida igualmente por Aristides Briand. A comissão de estudo iria terminar os trabalhos sem grandes resultados na questão essencial, tendo-se registado como algo de relevante a aprovação de um manifesto pela paz, apresentado do Franceses, Alemães, Ingleses e Italianos, que viria a ser rompido durante a 2ª Guerra Mundial

Este acabaria por ser o princípio do fim dos projectos da união dos povos europeus no pós 1ª Guerra. Por exemplo Portugal esperou que grande parte dos Estados visados apresentasse uma resposta ao memorando para finalmente se pronunciar sobre este. Foi em Julho de 1930 que surgiu a resposta do nosso país que se mostra interessado e com algum empenho na “causa europeia”, dizendo estar pronto a colaborar para a consolidação da paz na Europa e para a resolução dos problemas comuns. Alertam ainda para a necessidade de se examinar de forma gradual esta temática em conjunto com os outros Estados e que o estabelecimento de uma “laço federal” não pode em nenhum momento reduzir a soberania dos Estados

nacionais. Portugal não está igualmente disposto a abrir mão das suas colónias e da relação privilegiada que mantém com o Brasil. Em suma a resposta Portuguesa era uma não resposta, pois analisa o documento e não se apresenta visivelmente a favor ou contra o projecto, apesar de se mostrar bastante renitente quanto ao seu conteúdo.

Os projectos apresentados por C. Kalergi e A. Briand tiveram o mérito de lançar entre as elites políticas o debate acerca da criação de uma espécie de “Estados Unidos da Europa” que pressupunha a constituição de um laço federal entre os Estados-membros, laços políticos e económicos.

Ambos os projectos eram demasiado futuristas para a época em questão, tendo ambos os autores referido que estes seriam uma plataforma para se mais tarde se atingisse a integração Europeia. Olhando para a realidade do Continente europeu no período pós-Primeira Guerra mundial, não seria difícil adivinhar que a ideia de unir politicamente os Estados Europeus não reuniu grandes apoios.

Apesar de todos os Estados concordarem que a Europa precisa de se unir para encarar o futuro, era difícil para países que há pouco tempo tinham garantido a soberania sobre os seus territórios, entregar parte dessa soberania a uma organização supranacional.

Outro factor que contribuiu preponderantemente para o falhanço dos dois projectos foi o fortalecimento dos movimentos nacionalistas. Apesar de terem emergido os movimentos federalistas, com uma Europa devastada pela guerra, os cidadãos preferiam ouvir os apelos dos movimentos nacionalistas, que acabaram por sair favorecidos com a Grande Depressão de 1930, tendo o posso a seu lado.

Por fim outro factor que contribuiu para o fracasso dos projectos foi a falta de um real interesse por parte dos políticos Europeus, pois apesar de a questão ter sido bastante discutida entre as elites políticas, nenhum político queria realmente lançar a pedra para uma unidade política e económica.

Até mesmo C. Kalergi e A. Briand ao referirem que os seus projectos são projectos de futuro, deixam no ar a ideia de que não teriam de ser aplicados à época.

Estas são algumas das possíveis razões pelas quais estes projectos não tiveram sucesso e como todos sabemos, apesar até da aproximação entre alemães e franceses não se conseguiu evitar uma 2ª Guerra Mundial, que viria a deixar a Europa completamente de rastros.

Capítulo III- O Período pós 2ª Guerra Mundial

O período pós 2ª guerra mundial, ficou marcado na Europa pela destruição do continente, a ajuda Norte-Americana e a tentativa de finalmente iniciar um processo de integração Europeia, que junte todos os países Europeus que se queiram juntar, de modo a perpetuar a paz no continente, devastado ao longo dos vários séculos pelos mais sangrentos conflitos mundiais.

Neste capítulo será dado destaque aos movimentos Federalistas que apesar do crescimento dos sentimentos nacionalistas conseguiram implantar-se pelo continente, e que contribuíram para que a discussão em torno da união política e dos Estados Europeus se perpetuasse.

Um dos grandes impulsionadores da discussão em torno da necessidade de se criarem uns “Estados Unidos da Europa, foi Winston Churchill, que apesar disto defendia que esta união não incluísse a Grã-Bretanha.

Por fim, ainda será feita uma breve análise de todos os contributos dados por várias personalidades europeias até à actualidade como é o caso do Ex-Primeiro Ministro Belga Guy Verhofstadt que deu o maior contributo registado até agora no século XXI

III.1 – Os Movimentos Federalistas

Desde o final da Guerra, os principais movimentos de militantes europeus constituem-se entre os anos de 1946 e 1947. A União Pan-europeia é reconstituída e a sua organização conexa, a União Parlamentar Europeia, organizam congressos e empreendem acções a favor da União Europeia. As duas uniões são exemplos-tipo de

grupos de promoção da ideia europeia inspirando-se numa ideologia supranacional, ou seja, sobrepõe-se às ideologias nacionais ou partidárias.

Na prossecução do seu objectivo de união, estes movimentos reagrupam as elites e militantes, em função do seu programa de união sem distinção de partido ou nacionalidade. A União Europeia de Federalistas (UEF), fundada em Dezembro de 1946, em Paris, pertence a esta mesma categoria de organizações “puramente” Europeístas.

Estes Movimentos Federalistas de carácter supranacional aspiram ao mesmo objectivo: A elaboração de uma Constituição Federal Europeia e a eleição directa de uma assembleia, diferenciando-se então pelos meios que propõem para atingir os seus propósitos. Assim, a União Pan-Europeia, defende que o objectivo acima descrito seja ratificado pelos parlamentos nacionais ou por referendo, tentando influenciar os governos e os parlamentos nacionais, mas não deixando de parte a opinião pública. Quanto à União Europeia de Federalistas (UEF)³⁹, para além de partilhar dos objectivos referidos anteriormente, quer igualmente “lutar” pela criação de uma federação Europeia, para a qual serão transferidos poderes soberanos, necessários à defesa dos interesses comuns e dos cidadãos dos Estados Europeus).

Para este movimento, uma Federação Europeia deverá garantir as liberdades fundamentais, tais como, a liberdade de oposição organizada, e dispor de poderes efectivos no que aos intercâmbios internacionais respeita (Moeda, Política Externa e Defesa). Para atingir tais objectivos propõe-se a mobilizar as forças vivas das nações europeias, recorrendo a vários meios, tais como, a publicação de boletins e folhetos, a organização de conferências, entre outros.

Paralelamente a esta corrente supranacional e pluripartidária, formam-se grupos de promoção de inspiração partidária, que se reúnem em torno de um ideal europeu, sem fronteiras nacionais, a membros da mesma família política ou ideológica. De entre os vários movimentos destacam-se sobretudo dois: O NEI (Novas Equipas Internacionais) criado pelos democratas-cristãos e personalidades com a mesma

³⁹ União Europeia de Federalistas (UEF) conta com mais de cem mil membros e uma dezena de movimentos e secções federadas.

ideologia; e o MSEUE (Movimento Socialista pelos Estados Unidos da Europa), que tal como se percebe foi fundado por personalidades ligadas aos Partidos Socialistas.

O NEI foi apoiado-se em equipas de carácter nacional, de vários países europeus, mas essencialmente nos seis países fundadores da Comunidade Europeia. Este movimento, constituiu uma rede de comunicação e influências, cujos membros eram os dirigentes Democratas-Cristãos nos vários governos europeus, ou personalidades da mesma família ideológica.

Quanto ao MSEUE, sob a presidência de Paul Henri- Spaak, inicia um conjunto de acções que visam defender a implementação de uns “Estados Unidos Socialistas Europeus”. Tem como objectivos, a criação dos Estados Unidos da Europa através dos Partidos Socialistas e sindicatos, perseguindo uma política socialista, tentando reunir todas as forças de esquerda Europeias.

As mais diversas acções ideológicas e políticas dos Movimentos Europeus, estão sustentadas por comités com objectivos mais específicos, essencialmente económicos e sociais. Dá-se então a criação da Liga Europeia de Cooperação Económica (LECE⁴⁰), composta por um Conselho de Presidentes de vários comités nacionais e personalidades dos círculos económicos.

Esta Liga, tem como objectivos, a promoção da cultura e do crescimento económico entre os Estados Europeus, tendo para isso realizado vários estudos, sugerindo posteriormente soluções no âmbito da movimentação de capitais, das moedas e dos monopólios.

Em Suma, os Movimentos Federalistas têm como objectivos: 1 – Promover a criação de uma União Federal Política Europeia, embora, tal como já vimos por meios diferentes; 2 – Ter as dimensões económica e social como o fundamento e substrato principal da Comunidade dos Países Europeus, na qual o LECE seria o porta-voz; 3 – Pretendem dar um enfoque especial à acção cultural e à educação na futura união.

⁴⁰ A LECE foi criada em 1947 por Paul van Zeeland

Estes Movimentos por apresentarem caminhos diferentes para atingir objectivos semelhantes, acabam por actuar de uma forma dispersa. Para resolver esta descoordenação entre os vários movimentos, realizou-se o Congresso de Haia.

Entretanto, em 1947 a UEF, decide convocar o 1º congresso de Federalistas Europeus em Montreux, no qual, os federalistas adoptam o projecto dos Estados Gerais da Europa, com o objectivo de proporcionar uma base mais ampla da sua acção.

O Congresso de Montreux, foi a contribuição dos federalistas europeus para a concepção de uma Europa federal, e como uma preparação do Congresso de Haia. Neste congresso estiveram em destaque duas dimensões: A Atitude Federalista apresentada por Denis de Rougemont, e os aspectos económicos por Maurice Allais.

O Primeiro, propõe aos participantes do congresso uma reflexão sobre seis princípios sobre os quais se funda uma federação. O Primeiro desses princípios, é que uma Federação só pode surgir a partir da rejeição da noção de Hegemonia organizativa, já que estes haviam sido tentados por Napoleão e Hitler, que pela força tentaram unificar a Europa. Todavia, o federalismo baseia-se na livre associação sem recorrer à força.

O segundo dos princípios a reflectir é que o Federalismo só pode surgir a partir da rejeição a todo o espírito de sistema, ou seja, federar é simplesmente resolver juntos os problemas, para que se consiga atingir os objectivos comuns dos vários Estados. Outro dos princípios é o de que a federação não tem por objectivo eliminar as diversidades e fundir todas as nações num só bloco, mas pelo contrário, salvaguardar as suas qualidades próprias.

Cada uma das nações que compõem a Europa representa nela uma função própria e insubstituível. Um quarto princípio a reflectir é o de que o Federalismo se baseia no “amor à complexidade”, em contraste com o simplismo que caracteriza o espírito totalitário. Um último princípio que Rougemont propõe a reflexão é que as federações formam-se progressivamente, por meio das pessoas e dos grupos e não a partir de um centro ou por meio dos governos.

Denis de Rougemont, faz notar que é evidente a necessidade de se estabelecer uma federação Europeia, já que a maturação histórica necessária já foi atingida, as estruturas já estão esboçadas, faltando apenas uma carta federal, órgãos representativos e um último impulso, um empurrão dos povos para que os governos cedam e aceitem a criação de tal federação.

Quanto aos aspectos económicos de uma união federal, Maurice Allais recorda que os poderes necessários para que se sanem todas as questões económicas susceptíveis de dividir os Estados federados, devem ser transferidos para a União Federal, já que a federação deve ter o poder de regular as condições monetárias, legislar em matéria de comércio, de movimentos de capitais e pessoas, entre outros. Segundo Allais, a repartição de poderes deveria ser feita de forma a deixar a cada Estado federado o máximo de liberdade, de forma a não interferir, a não ser em casos que sejam susceptíveis de criar dificuldades entre os Estados Federados.

Em suma, Maurice Allais destaca três pontos essenciais, na perspectiva de um federalismo Europeu: 1 – não pode existir uma federação política durável sem uma federação também a nível económico; 2 – a federação económica não pode ser aplicável se não houver federação política prévia; 3 – a Federação económica reforça a federação política e vice-versa. Desde modo, a Federação Política e a Federação Económica aparecem como indissociáveis, pelo que toda a tentativa de união federal deve criar desde o início as condições para a sua realização simultânea.

No que se refere às vantagens económicas de uma federação Europeia, Maurice Allais, argumenta que seriam inestimáveis, já que haveria uma diminuição considerável dos encargos militares, permitindo a desviar verbas para outras áreas; a livre circulação de bens e de factores de produção permitiriam um aumento de próximo dos 100% da renda nacional de cada país e levaria igualmente a um aumento do nível de vida das populações.

Pelas imensas possibilidades económicas que o federalismo europeu oferece, a Europa voltaria a ter vitalidade económica, teria recursos (sobretudo humanos) inesgotáveis. Estas duas posições definem em grandes linhas as posições que os federalistas defenderam meses depois no Congresso de Haia.

III.2 – Winston Churchill e a Ideia de União da Europa

Depois do fracasso dos projectos apresentados na década de 20 com vista a unir política e economicamente os Estados Europeus, no início dos anos 30, com a crise económica resultante do Crash da Bolsa de Wall Street em 1929, os nacionalismos e as ideias de autarcia económica e a morte de Briand, mais difícil seria que projectos semelhantes tivessem sucesso.

A Constituição de uns “Estados Unidos da Europa” dava lugar ao fortalecimento do poder de Hitler, já que a partir de 1934 imaginar unir uma Europa onde duas das quatro grandes potências não se regiam por Padrões democráticos (Alemanha e Itália). Dá-se entretanto a 2ª Guerra mundial que deixou um rasto de destruição, sobretudo na Europa ocidental, tendo deixado um clima de grande animosidade entre os vários Estados Europeus, que era urgente dissipar.

Ao mesmo tempo assiste-se à emergência dos EUA e da URSS como as novas potências mundiais. Para evitar um novo conflito no continente europeu, e a difusão da influência soviética no seio da Europa, os Europeus sentiram que só seriam capazes de fazer frente a estas ameaças se se fortalecerem e se organizarem, e, a partir daí partir para a Construção de uma nova Europa.

Neste panorama, a acção de Winston Churchill, antigo Primeiro-Ministro Britânico é bastante importante sobretudo após o seu discurso de 1949 na Universidade de Zurique defendendo a criação de uma espécie de “Estados Unidos da Europa”. Contudo antes desse discurso, num discurso nos Estados-Unidos, Winston Churchill, fala acerca da criação da Cortina de ferro, que separa o leste Europeu da Europa ocidental, e que segundo ele “não foi certamente para construir esta Europa libertada que nos batemos. Nem é numa Europa como esta que encontraremos os fundamentos de uma paz Duradoura”⁴¹

A 19 de Setembro de 1946, propõe, num discurso pronunciado em Zurique, a constituição dos Estados Unidos da Europa. Com os europeus a ansiarem por uma medida que lhes permitisse olhar para o futuro sem guerras, esta ideia teve grande

⁴¹ Discurso pronunciado em Fulton, Missuri, a 5 de Março de 1946.

aceitação. No espírito de Churchill, a construção da Europa unida seria um meio de defender o ocidente da ameaça soviética, declarando que:

«O Primeiro passo para a recriação da família Europeia tem de passar por uma parceria entre a França e a Alemanha. Só desta maneira é que a França poderá recuperar a sua costumada liderança da Europa. A Europa não pode renascer sem uma França espiritualmente grande e sem uma Alemanha espiritualmente grande. A estrutura dos “Estados Unidos da Europa”, a concretizar-se, tornará menos importante a força material de um único Estado»⁴²

No entanto, Churchill não parece no seu discurso considerar a hipótese da participação do Reino Unido no projecto de unificação Europeia, já que considerava que aquele era a cabeça de uma comunidade de nações espalhadas por todo o mundo, a Commonwealth, e era um parceiro privilegiado dos EUA, não estando portanto disponível para fazer parte de uma amálgama de pequenos e débeis estados, que só encontrariam a força por meio da união:

“ (...) Nós Britânicos, temos a nossa Própria Commonwealth de Nações.”⁴³

Ainda no seu discurso, Churchill Não esquecia os povos Europeus, talvez aqueles que mais ansiavam por uma europa verdadeiramente nova em paz:

“ (...) Temos de construir uma espécie de Estados Unidos da Europa, e só dessa forma centenas de milhões de trabalhadores serão capazes de reconquistar a simples alegria e a esperança que tornam a vida interessante. O Processo é simples. Tudo o que precisamos fazer é o objectivo de centenas de milhões de homens e mulheres, fazer o bem ao invés do mal e como recompensa bênçãos aos invés de maldições (...)”

⁴² Churchill, Winston (1946), Discurso de 19 de Setembro de 1946 em Zurique, *In*: 60 anos de Europa – Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, p. 15

⁴³ Ibid. 34

“ (...) Devemos voltar as costas aos horrores do passado e lançar o nosso olhar para o futuro. (...) Se quisermos preservar a Europa de uma miséria sem precedentes, é preciso dar lugar à fé na família europeia e esquecer todas as loucuras e todos os crimes do passado (...)”⁴⁴

No final do seu discurso, Churchill acaba por resumir a sua proposta e falar da importância desta no fortalecimento das Nações Unidas:

“O nosso objectivo permanente deve ser construir e fortalecer o poder das Nações Unidas. Ao abrigo deste conceito mundial e no sei seio devemos recriar a família europeia numa estrutura regional denominada, eventualmente, “Estados Unidos da Europa”. O primeiro passo é criar um Conselho da Europa...Em todas estas tarefas urgentes, a França e a Alemanha devem assumir uma liderança conjunta. A Grã-Bretanha, a “Commonwealth” Britânica de Nações, a poderosa América e, espero, a Rússia soviética...têm de ser os aliados e promotores da nova Europa e bater-se por que esta viva e resplandeça»⁴⁵

Estes excertos da intervenção de Winston Churchill, em Zurique, demonstram claramente a preocupação que ele tem com o futuro da Europa e vem reiterar novamente que o futuro da Europa deve passar por uma União política e económica, na qual a Inglaterra não fará parte, já que havendo interdependência económica entre os Estados estes não entrariam novamente em conflito.

Winston Churchill procurou o apoio das três principais forças políticas da época: Os liberais os conservadores e os trabalhistas, mas contava sobretudo com os dois primeiros para apoiarem a sua ideia, já que não queria que os trabalhistas tivessem poder para determinar a agenda Europeia. De maneira a garantir a defesa dos Direitos Humanos, Churchill era igualmente apologista da criação de um Tribunal Europeu que os defendesse.

⁴⁴ Ibid. 34

⁴⁵ Ibid. 34

Deste modo, Churchill é visto com o pai fundador da unidade Europeia e muito importante no desenvolvimento do início da integração Europeia na década de 50 do século XX. Apesar de Britânico, sempre algo afastados destas ideias de unidade das nações da Europa, nunca se imiscuiu de contribuir para a criação de uma união Europeia, tendo uma visão mais segura do desenvolvimento Europeu do que muitos continentais

III.3 – A Ideia de Unificação Europeia depois de 1950

Um dos pais da Europa que teve enorme importância na difusão da ideia de unidade político-económica europeia foi Altiero de Spinelli⁴⁶, exprimindo o seu europeísmo desde 1941. Defende no Manifesto Ventotene⁴⁷ uma Europa livre e o federalismo Europeu como o único contrapeso eficaz em relação aos ataques nacionalistas.

«(...) O problema que urge resolver em primeiro lugar – sob pena de tornar vão qualquer outro progresso eventual – é o da abolição definitiva da divisão da Europa em Estados nacionais soberanos.»

Na Constituição Italiana está também reflectida esta ambição internacionalista:

«A Itália rejeita a guerra como instrumento de ofensa à liberdade dos outros povos e como meio de resolver controvérsias internacionais; dá o seu assentimento, com a condição de que isso seja feito em pé de igualdade com os outros Estados, às limitações de soberania necessárias a uma organização

⁴⁶ Depois de apresentar o Manifesto é condenado pelo regime fascista de Mussolini, a prisão domiciliária, na ilha de ventotene.

⁴⁷ O manifesto adquire o nome de uma ilha italiana.

que assegure a paz e a justiça entre as nações: é favorável à criação de estruturas internacionais que tenham esse objectivo».⁴⁸

Em Itália todos os responsáveis Políticos se mostravam favoráveis à solução federal Europeia, estando dispostos a prescindir de uma parte da sua soberania nacional para cimentar uma comunidade Europeia efectiva, o papel da Itália na criação de uma união de estados Europeus é demonstrada através da assinatura do tratado fundados da CECCA em Roma.

Perante a diversidade e multiplicidade de movimentos a favor da União, o problema que se punha era o de assegurar a sua coordenação a fim de tornar mais eficazes as actividades de fomento da Europa Unida.

Neste contexto entre 7 e 10 de Maio de 1948 realizou-se o Congresso da Haia. Neste congresso confrontaram-se duas tendências: Unionistas (defendem a ideia de uma cooperação internacional que respeite integralmente a soberania dos Estados) e os Federalistas. Os Ingleses pretendiam manter-se de fora de uma possível federação de Estados Europeus, mostrando-se unicamente disponíveis a cooperar, sem que fosse posta em causa a sua soberania.

Mesmo entre os federalistas, não se registava um consenso em torno das características da futura federação. Uns propunham a constituição de um vínculo federal e um conjunto económico que supunha a transferência parcial das soberanias nacionais, por outro lado, outros defendiam a ideia avançada pelos primeiros de criação de uma assembleia europeia, mas divergiam quanto à forma como seriam eleitos os seus parlamentares.

Pediam, que estes emanassem das comunidades, porque representam melhor as assembleias parlamentares, a vida profunda do país, ou seja sugerem as comunidades naturais: Profissionais, família, sindicatos, Igreja, entre outras.

Apesar de algumas divergências e conflitos de ideias e tendências o Congresso de Haia cumpriu um papel determinante no impulso que deu à realização da ideia

⁴⁸ Marc Nouschi, *Em Busca da Europa – Construção Europeia e legitimidade nacional*: Instituto Piaget, 1996, Lisboa

européia, pois marca um ponto de inflexão decisivo: Dele surgiu um manifesto Europeu que, inspirado na larga tradição de projectos para uma Europa Unida e dos valores fundamentais, que confrontado com o pós 2ª guerra mundial definiu um programa de acção global pela Europa Unida.

Este congresso esteve ainda na origem do Centro Europeu de Cultura, do Colégio da Europa, do Conselho da Europa e do Tribunal dos Direitos Humanos, tendo igualmente contribuído de forma importante para a formação das Comunidades Europeias. As três resoluções expressas no congresso, são as que os movimentos já haviam defendido: resolução Política, Económico-Social e Cultural. Foi atingido o consenso entre as várias tendências presentes no congresso, e aparece uma dupla linguagem para classificar a união dos países europeus: Federação ou união.

É certo que o congresso solicita a transferência de certos direitos soberanos, mas nunca, nalgum momento, menciona a necessidade de criar uma autoridade ou um governo europeu.

Tendo em vista o estabelecimento de uma união económica o congresso propôs algumas medidas e formulou alguns objectivos a longo prazo, prevendo a livre circulação de capitais e trabalhadores, a unificação monetária, políticas de crédito harmonizadas, a união aduaneira, a harmonização da legislação social e a coordenação das políticas económicas com o objectivo de favorecer o pleno emprego na Europa.

Assim, no final do Congresso da Haia é feita uma comunicação aos Europeus, que resumem as resoluções adoptadas:

«(...) Sobre esta União a Europa joga o seu destino e o da paz do mundo. Seja assim claro para todos nós Europeus, unidos para dar uma voz ao conjunto de povos deste continente, declaramos solenemente a nossa vontade comum nos cinco artigos seguintes, que resumem as resoluções adoptadas por este congresso:

1. Queremos uma Europa unida, desenvolvida em toda a sua extensão à livre circulação dos homens, das ideias e dos bens.

2. Queremos uma Carta dos Direitos do Homem que garanta as liberdades de pensamento, de reunião, e de expressão, e o livre exercício de uma oposição política.
3. Queremos um Tribunal de Justiça capaz de aplicar as sanções necessárias para que a Carta seja respeitada.
4. Queremos uma Assembleia Europeia onde estejam representadas todas as forças vivas de todas as nossas nações.
5. E assumimos de boa-fé o compromisso de apoiar com todos os nossos esforços, nas nossas casas e em público, nos nossos partidos, igrejas, meios profissionais e sindicais, os homens e os governos que trabalham nesta obra de salvação pública, oportunidade suprema para a paz e garantia de um grande futuro, para esta geração e para as vindouras.»⁴⁹

Após o Congresso, o Comité Internacional de Coordenação dos Movimentos pela Unidade Europeia, transforma-se no Movimento pela Unidade Europeia sob a presidência daqueles que virão a ser os pais fundadores da Comunidade Europeia, W. Churchill, De Gasperi, Spaak, Adenauer e Robert Schuman. Estavam assim dados novos passos para a possível união política e económica das nações Europeias.

Em 1948, J. William Fulbright⁵⁰ enumera aqueles que para ele seriam os principais obstáculos à criação de uma Europa Federal:⁵¹

⁴⁹ in “Congrès de l’Europe, la Haye, mai 1948: resolutions” Comité International coordination de mouvements por l’unité européenne, Paris- Londres, 1948 – 60 anos de Europa – Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, p. 19-20

⁵⁰ Hon. J. William Fulbright foi Senador do Estado do Arkansas na década de 40, tendo estado igualmente na casa dos Representantes. Foi também Presidente da Universidade do Arkansas de 1939 a 1941. Interessava-se sobretudo com as Relações Internacionais.

⁵¹ J. William Fulbright, *A United States of Europe*, (The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science, 1948) 154-155

1. A dificuldade básica que deve ser superada é a intensidade do sentimento nacional, com a presença enraizada nos Europeus de preconceitos, medos e animosidades, devido ao passado histórico.

Este sentimento nacionalista dos cidadãos Europeus, vem reforçar ainda mais a ideia de que é necessária uma união dos Estados que compõe a Europa de modo a evitar os conflitos do passado.

2. O Fantasma do ressurgimento da Alemanha é outro dos obstáculos;
3. O terceiro obstáculo é os esforços que a União Soviética está a fazer para unir o continente inteiro, debaixo dos seus interesses por métodos semelhantes aos utilizados por figuras como Napoleão ou Hitler;
4. Outro importante obstáculo é a língua, já que dificulta a comunicação comum entre os cidadãos e torna mais difícil a livre circulação de pessoas e do fluxo de ideias e informação, tão importantes para a realização da união entre vários povos;
5. As variadas e incompatíveis ideologias políticas pelos vários países Europeus constituem outro dos obstáculos já que impossibilita acções de cooperação e por isso mesmo a unificação entre estados;
6. As diferenças culturais são apontadas como outro obstáculo ao federalismo Europeu já que, muitas vezes estas diferenças são maiores que as diferenças de sangue;
7. Por fim também as diferenças religiosas, sobretudo no leste da Europa, são outro dos obstáculos ao federalismo.

Contudo, J. William Fulbright afirma que a Europa já ultrapassou tantos outros obstáculos ao longo dos séculos, razão pela qual estes objectivos não são intransponíveis.

Também Robert Schuman deu um contributo importante a esta ideia já que em 1950 fez um discurso que lançou os fundamentos para o início do processo de integração Europeia com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Nesse discurso em Paris, Schuman faz uma declaração que ficou solenemente conhecida:

“L’Europe ne se fera pas d’un coup, ni dans une construction d’ensemble”⁵²

Entretanto, até ao início do século XXI esta questão deixou de ser muito debatida, mas a Europa e todo o Mundo assistiram a um conjunto de acontecimentos que poderiam dificultar ou parar o processo de integração Europeia como a Queda do Muro de Berlim e do Bloco soviético, os choques petrolíferos e o abrandamento do crescimento económico europeu. Também uma nova realidade da segunda metade do século XX, a globalização, obrigou a Europa a repensar-se a adaptar-se a esta nova realidade.

Em 2005, Guy Verhofstadt⁵³ defende a criação de uns “Estados Unidos da Europa” num livro com o mesmo nome. Nele afirma que segundo dados do Eurobarómetro⁵⁴, uma grande parte dos Europeus querem mais Europa, ou seja, querem uma maior integração europeia. Segundo o autor, as gerações nascidas nos anos 80 e 90 não concebem a sua vida sem a UE e portanto é-lhe mais fácil aceitarem uma “Federação Europeia” do que as gerações anteriores.

Da análise do euro barómetro de 2004 o autor afirma que os europeus querem um aprofundamento da política externa comum e a criação de um exército Europeu. Apesar de estas serem áreas essenciais á criação de uma espécie de Federação Europeia são áreas onde é difícil chegar-se a consenso, já que havendo relações

⁵² In *les États Unies d’Europe ont Commencé*”

⁵³ Ex-Primeiro Ministro Belga

⁵⁴ Todos os anos são realizadas sondagens aos cidadãos Europeus acerca do que eles querem que seja a Europa.

privilegiadas de alguns Estados Europeus com outros Estados, é difícil termos uma Europa a uma só voz no mundo.

Quanto á criação do exército europeu a situação é ainda mais difícil já que seria difícil para um alemão ver um francês a chefiar o exercito europeu ou vice-versa. Para Vershofstadt, o chumbo à Constituição Europeia de 2005 não se deve à oposição da população mas ao facto de estas questões não serem bem explicadas aos cidadãos da Europa e por as perguntas serem elaboradas de forma pouco claras e incisivas.

Vê os E.U.A como um modelo a adoptar e traça cinco pressupostos essenciais no futuro da União Europeia:

1. Um Governo socioeconómico Europeu;
2. Uma nova vaga tecnológica Europeia;
3. O Estabelecimento de um Espaço Europeu de Justiça e Segurança;
4. Uma Diplomacia Europeia;
5. Um exército Europeu.

Guy Verhofstadt não deixa “morrer” esta questão e demonstra que esta continuará a ser debatida, pretendendo com o seu livro estabelecer as linhas bases para a realização de um referendo europeu acerca da questão da União política Europeia.

IV – Tendências do Debate actual

Nos dias que correm são várias as vozes no seio das várias instituições Europeias, que se mostram favoráveis, a que a médio prazo a União Europeia, se transforme numa Federação Europeia, semelhante ao que se sucede nos Estados Unidos, mas há também quem defenda que o futuro da Europa não passa ou dificilmente passará por esse caminho, já que há uma especificidade no caso Europeu que não se verificava no caso Norte-Americanos, quando os vários Estados decidiram juntar-se numa Confederação e anos mais tarde numa Federação.

Essa especificidade é o facto de no caso europeu existirem países com as fronteiras definidas há mais de 900 anos, e portanto existe na Europa um sentimento de pertença muito forte de Estado-Nação, que não existia no caso Americano.

Ao longo da segunda metade do século XX, com o processo de integração Europeia emergiram alguns movimentos, sobretudo de apoio à ideia Federal Europeia.

Em 1946, resultado de uma reunião decorrida em Hertenstein, na Suíça, os Movimentos federalistas de 14 países europeus decidiram criar a União dos Federalistas Europeus, que se constituía como uma organização não-governamental, que tem claramente como objectivo a realização de uma Federação Europeia como o melhor caminho para evitar uma repetição dos conflitos registados no continente, com destaque para as duas grandes guerras que deixaram a Europa destruída e mataram milhões de europeus.

Esta organização também se bateu, durante o processo de integração Europeia, pela eleição directa por sufrágio universal dos membros do Parlamento Europeu, que viria ater lugar em 1979. As suas acções ao longo da segunda metade do século XX passaram pelo apoio ao reforço de poderes, não só do Parlamento Europeu, bem como da Comissão Europeia, tendo defendido a criação do sistema monetário comum, ou seja, na existência de um Banco Central (o BCE) e de uma moeda única, o Euro. Defendem igualmente que só com uma união política e económica, cada cidadão Europeu pode ver reconhecido o seu direito a ser um cidadão Europeu.

A União dos Federalistas Europeus, tem vindo a demonstrar ainda a necessidade de se conseguir uma constituição Europeia e para a necessidade de preservar o Espaço Schengen, ou seja, não por em causa a livre circulação de bens, pessoas e capitais por entre os países da UE. Teve como principal impulsionador Altiero de Spinelli, um dos pais fundadores da Europa e uma das principais figuras do federalismo Europeu em todo o século XX.

Não consta de nenhuma fonte a existência de Movimentos antifederalistas organizados, talvez por até hoje a Europa não ter dado grandes passos rumo à constituição de uma Federação de Estados Europeus.

Se fizermos uma análise ao que é na realidade a União Europeia nos nossos dias, dizemos claramente que esta é uma associação de Estados. Philippe Moureau Defarges⁵⁵, afirma que todos os avanços da construção Europeia se fazem através de Tratados Interestaduais, desde os Tratados Fundadores até aos nossos dias.

A verdade é que a União Europeia funciona hoje em dia com um sistema “híbrido”, em que existem órgãos Supranacionais independentes relativamente aos vários Estados, e por outro lado requer decisões intergovernamentais, discutidas e negociadas entre os Estados-Membros.

No início do século XXI foram dados alguns sinais em como os responsáveis políticos europeus, queriam aprofundar a integração e em 2005 foi proposto um Tratado Constitucional Europeu, que carecia de aprovação pelos parlamentos nacionais, através de referendo ou não, segundo decisão dos seus governos, precisando da aprovação de todos os Estados-membros para ser ratificado e entrar em vigor. Contudo, este Tratado, que era do agrado da União dos Federalistas Europeus, “morreu” com a vitória do Não ao tratado, nos referendos realizados em França, Holanda e Irlanda.

Decretou-se um período de reflexão, em que o debate em torno do aprofundamento da união às áreas da governação económica e política, aumentou consideravelmente. Mais tarde em 2007 foi negociado e aceite pelos governos dos Estados membros o Tratado de Lisboa, que de algum modo abre as portas a um aprofundamento nas áreas da economia e política, que viria a entrar em vigor em Novembro de 2010.

Com o Tratado de Lisboa aparecem duas novas figuras institucionais, o Presidente do Conselho Europeu, e o Alto-Representante da União para os negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que têm como principal função, sobretudo o último, de mostrar a posição comum dos Estados membros nas matérias que lhe compete.

⁵⁵ In *Para onde vai a Europa?* - Instituto Piaget, 2007, Lisboa pp.64-65

A criação destes dois novos cargos foi visto pelos pro-federalistas como uma tentativa de aproximar o funcionamento da União com o funcionamento de uma federação, mas não trouxe significativos avanços que permitissem vislumbrar uma Federação Europeia a curto prazo.

Entretanto com a crise económico-financeira de 2008, alguns responsáveis europeus, mas também figuras históricas têm vindo a defender esse aprofundamento da União às áreas da política e da economia, defendendo uma governação económica e política supranacional, que permitam sobretudo evitar a repetição dos problemas criados, pela actual crise, que não vale a pena referir, já que são totalmente conhecidos e não faz parte dos objectivos desta investigação.

Um dos maiores defensores da criação do federalismo Europeu, é o ex Primeiro-Ministro belga, Guy Verhofstadt, já mencionado no trabalho e que defende que o futuro da Europa passa por uma espécie de “Estados Unidos da Europa”, desejavelmente com a participação de todos, mas caso não seja possível com a participação daqueles que se mostrem disponíveis para dar este salto.

Segundo G. Verhofstadt o Grupo de países percussores seria o da Zona Euro, e de todos aqueles que a ele se queiram juntar e afirma assim que é possível que se formem dois círculos concêntricos na Europa:

«(...) um núcleo político, uns “Estados Unidos da Europa”, correspondente à Zona Euro, e, à volta deste, uma confederação de Estados, uma “Organização de Estados Europeus”. Naturalmente que o núcleo político não é contrário a um alargamento da cooperação na Europa. Cada Estado-membro continua a ser parte integral do processo de integração mais alargado. E o objectivo final é que todos os Estados-membros adiram à nova Europa (...)»⁵⁶

Guy Verhofstadt defende claramente que esta nova Europa não pode ser vista como algo exclusivo e só para alguns, mas deve ser vista como um espaço em que

⁵⁶ Guy Verhofstadt *Os Estados Unidos da Europa*, Gradiva, 1ª Edição, 2006, Lisboa. pp.86-88

todos os Estados que queiram a ela possam pertencer, tendo como condição o dever de colaborar de forma incondicional em prol de um projecto político.

Esta nova Europa permite igualmente que em novos alargamentos, segundo o ex-Primeiro-Ministro Belga, os novos Estados-membros possam passar por uma fase intermédia, permitindo uma mais fácil inclusão, caso cumpram com os critérios exigidos para poderem ser parte da união.

Outro passo que Guy Verhofstadt descreve é o da realização de um referendo europeu, que permita aos cidadãos expressarem qual a sua vontade relativamente ao futuro da Europa.

«(...) Quando todos os Estados-membros, ou grande parte destes, se empenharem na construção de uma nova Europa, este projecto tem de passar, evidentemente, pelo crivo dos cidadãos Europeus. Para tal, terá de ser submetido à apreciação, em referendo, de todos os cidadãos de todos os Estados-membros que participem. (...) Muitos Milhões de europeus querem ter uma Europa que lhes dê uma resposta poderosa e inspiradora aos desafios de hoje e de amanhã. Não querem respostas dúbias nem respostas burocráticas: querem que façamos escolhas claras, e que as decisões tomadas também sejam claras; querem que lhes seja apresentado um projecto pronto, já trabalhado, no qual possam acreditar. Se formos ao encontro das expectativas dos cidadãos, a nova Europa será apoiada por uma esmagadora maioria.»⁵⁷

Para ele, os Europeus têm de ser parte do futuro e têm de se sentir parte da União Europeia, para que o futuro da União possa ir pelo melhor caminho possível e com uma ampla maioria de apoio de cidadãos.

Por outro lado, não se assumindo pró ou anti Federalista Europeu Mark Leonard⁵⁸, não se mostra muito crente numa união de estilo Federal, já que segundo

⁵⁷ Guy Verhofstadt *Os Estados Unidos da Europa*, Gradiva, 1ª Edição, 2006, Lisboa.pp. 89-90

⁵⁸ Director de Política Externa no Centre for European Reform, ex director do Foreign policy centre e consultor junto de alguns governos e entidades empresariais.

ele a União Europeia funciona como uma rede descentralizada que serve para servir os seus Estados Membros.

Para Leonard a Europa não pode fingir o que não é claramente e deixa isso bem expresso numa publicação sua:

«(...) Embora alguns Federalistas ainda sonhem com um país chamado Europa – e a União Europeia às vezes finge ser um Estado com a sua bandeira, passaporte e hino -, ela é fundamentalmente diferente de um Estado. (...) A União Europeia é uma organização semelhante a um esqueleto que deixa o verdadeiro poder aos seus Estados-membros, Estados esses que são responsáveis por implementar e supervisionar a vasta maioria das actividades da União Europeia (...)»⁵⁹

Através deste excerto, M. Leonard mostra a sua opinião relativamente ao que deve ser a união Europeia, referindo igualmente que a relação entre os vários Estados membros da União, se assemelha várias vezes a bolas de bilhar numa mesa, ou seja, muitas vezes a relação é dura, repelem-se umas às outras quando chocam interesses individuais. Apesar disso, defende que enquanto é fácil isso acontecer numa visão mais federalistas, se a Europa se ancorar numa rede composta por uma cacofonia de vozes diferentes será mais difícil entrar em choques: «(...) A vantagem de uma rede- ou de um clube – é que não tem um núcleo duro como uma bola de bilhar; por isso, quando se tenta equilibrá-la, é-se frequentemente sugado num processo de comprometimento com os seus diferentes membros (...)»⁶⁰.

Uma das vantagens que a União apresenta segundo este autor é que a persistência de visões diferentes é seguramente uma força e não uma fraqueza e a estrutura da EU tem de ser suficientemente robusta para acomodar discordâncias de grandes proporções, pois o génio da Europa encontra-se no facto de esta continuar a tentar quando erra e com cada retrocesso, emergir com mais força.

⁵⁹ Mark Leonard *Século XXI a Europa em Mudança*, Editorial Presença, 1ª edição, Lisboa, 2005. Pp.42

⁶⁰ Ibid. 51 pp. 45

Hoje em dia, o debate de ideias sobre o futuro e o rumo que a Europa deve tomar é sobretudo feito no Parlamento Europeu, onde existem grupos mais Europeístas e outros mais eurocépticos, sendo que estes últimos não são favoráveis a nenhum tipo de união e estão representados sobretudo nos dois extremos do espectro político, a extrema-esquerda e a extrema-direita.

Os partidos mais moderados, de centro-esquerda e centro-direita, são tendencialmente europeístas, mas no seio destes também existem diferentes opiniões relativamente ao futuro da União. No panorama político nacional, apesar de já não ter a preponderância que já teve, o Dr. Mário Soares, é a personalidade portuguesa que mais tem vindo em defesa de um futuro federalista para a Europa.

Em entrevista ao Jornal Português Diário de Noticias no dia 26 de Dezembro de 2011⁶¹, quando lhe perguntado se a Europa poderia ir até aos Urais, respondeu:

«(...) Que os países saídos da União Soviética mais do que isso não tenho dúvida. Mas acho que os alargamentos foram um pouco precipitados para a União Europeia. Sem que o modelo institucional os acompanhasse. O ponto de viragem foi Maastricht, em 1992, o grande pulo em frente da Europa como unidade. A Europa como conjunto de Estados solidários, na igualdade e no pluralismo democrático. Foi um passo maior, que falhou quando era preciso passar para os “Estados Unidos da Europa”, como queriam os pais fundadores, com um governo federal.⁶²

Mário Soares, defende que a União avançou rápido de mais para o alargamento e tem descurado o aprofundamento com vista a atingir o sonho federal dos pais fundadores.

No seguimento da entrevista é-lhe perguntado acerca do aprofundamento da união a nível económico-financeiro e do Federalismo, ao que Mário Soares responde que esse alargamento também deve ser feito a nível político e social, e afirmou que enquanto foi deputado Europeu, defendeu ser a favor do federalismo e da existência

⁶¹ http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_ms/008/442.pdf - Consultado em 08.03.2012

⁶² Ibid. 53 pp.18

de um imposto Europeu para permitir uma mais fácil passagem para um governo Europeu, fazendo notar que a sugestão foi impopular na altura.

Defende igualmente que apesar da grave crise económico-financeira é possível fazer esse caminho, desde que haja vontade política no seio dos dirigentes Europeus.

De recordar que o movimento federalista em Portugal não teve, nem tem grande expressão, mas foi impulsionado pelo Dr. Mário Soares que como demonstrado é talvez o maior defensor do Federalismo, de entre os políticos Portugueses.

Aquando da realização das Eleições para o Parlamento Europeu em 2009, o Deputado Paulo Rangel, Cabeça de lista pelo PSD àquelas eleições, teve oportunidade de se manifestar como Federalista, afirmando que em Portugal, só ele próprio e o Dr. Mário Soares, se anunciam publicamente como Federalistas. Afirmou-se ainda como:

«Favorável à ideia de uma assembleia constituinte para a elaboração de uma futura Constituição Europeia, salvaguardando que não substituiria a realização de um referendo sobre o texto constitucional»⁶³

Nessa mesma altura o deputado do CDS-PP Nuno Melo, cabeça de lista do partido à eleição para o Parlamento Europeu, mostrou-se claramente contra a criação de uma federação Europeia, fazendo notar algumas incoerências nalguns defensores do federalismo, mas que são contra a criação de um imposto europeu, que segundo ele é:

«(...) a decorrência normal de quem aponta o federalismo como o caminho da construção europeia(...)»⁶⁴.

Nuno Melo explica então porque se opõe à opção federalista para a Europa:

«(...) rejeito transformar Portugal numa espécie de super-região ou numa espécie de Estado federado". (...) o CDS-PP é um partido

⁶³ In <http://www.publico.pt/Política/paulo-rangel-assume-visao-federalista-sobre-a-europa-1381473> - Consultado em 10.11.2011

⁶⁴ In <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/nuno-melo-critica-opcoes-federalistas-do-ps-e-do-psd-1384096> - Consultado em 10.11.2011

profundamente europeísta mas numa Europa de estados que não retira Portugal do trajecto de oito séculos de história.»⁶⁵

Tradicionalmente, no nosso país, os Partido mais moderados, mas sobretudo o Partido Socialista tem vindo mais vezes a público sair em defesa da opção federal para o futuro da Europa. Quanto ao espectro político Europeu actualmente não existem grandes defensores da opção federal nos governos dos vários Estados-Membros.

Em suma, existe hoje em dia, e apesar da crise, uma maior preocupação em resolver a grave crise económica, do que com os futuro da Europa. Esta ideia de juntar os vários Estados Europeus, debaixo de uma entidade supranacional que seria o Estado Federal, não recolhe grandes apoios da população Europeia, sobretudo dos mais idosos, já que os Europeus têm um sentimento de pertença ao seu Estado muito grande, que para já será difícil caminhar para a opção federalista com o apoio dos cidadãos Europeus.

V. O Sonho realizado?

Neste último capítulo, será dado destaque ao contributo que os vários autores enunciados ao longo do trabalho de investigação, deram para o desenvolvimento do processo de integração Europeia, nomeadamente verificar através por exemplo dos Tratados se algumas das ideias por eles preconizadas e se o sonho de erguer uma União Europeia de cariz Federal se realizou ao longo destes já 60 anos de Construção Europeia.

Este capítulo é de extrema importância, já que com base em tudo o que foi explanado nos capítulos anteriores, irá ser dada a resposta à questão de partida, ou seja se os “Estados Unidos da Europa” são um projecto por realizar.

⁶⁵ Ibid. 56

V.1 Contributos para o processo de Integração Europeia

A ideia de “Estados Unidos da Europa” iniciada por Coudenhove-Kalergi e apoiada ao longo dos anos por personalidades como Aristides Briand, Winston Churchill ou Guy Verhofstadt, mais recentemente, teve um importante contributo na construção da Europa já que estes já avançadas algumas das políticas e realizações que hoje encontramos na União Europeia.

A ideia de uma moeda Europeia surgiu com o Chanceler alemão Stressman e mais tarde Aristides Briand no seu memorando reforçou esta ideia. Também a necessidade de se construir uma União aduaneira, uma união Económica e monetária, a criação de uma zona comercial livre, e a garantia de direitos dos europeus, faziam parte destes projectos, que depois de 1950 viram a luz do dia, uns mais cedo do que outro, tendo sido a Moeda Única a ultima destas realizações. Apesar de a União Política e Económica ainda não se ter desenrolado na Europa todos estes contributos eram de certa forma, futuristas.

De facto, o início da década de 50 fica marcado pelo início do processo de integração Europeia, quando em Abril de 1951 é instituída a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que une seis países da Europa Central (Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, Bélgica e Holanda).

Cumpriu-se o Primeiro sonho dos pais fundadores da Europa, ao terem conseguido juntar alemães e franceses no mesmo projecto para a Europa, já que sem uma das potências europeias seria impossível criar a União Europeia tal como hoje a conhecemos.

De recordar em suma que em traços gerais, ou vários autores defendiam para o futuro da Europa:

- Uma União de cariz Federal (o centro do poder estaria numa entidade supranacional);
- Uma União Política e Económica;
- Criação de um Sistema económico comum (uma moeda única);
- Criação de um mercado comum;

- Definição de um Espaço de livre circulação, de bens, pessoas, serviços e capitais;
- Criação de um Tribunal Supranacional;
- Abolição das taxas alfandegárias entre os países membros;
- União Aduaneira.

Estas são assim as grandes propostas elaboradas por personalidades como Coudenhove-Kalergi, Aristides Briand, Winston Churchill, Robert Schuman, Antonio de Spinelli, entre outros.

Em 1955, Johan Willem Beyen, co-ministro dos negócios Estrangeiros holandês, elaborou um memorando que iria enviar ao Primeiro-Ministro Paul-Henri Spaak, no qual propunha a criação de uma comunidade supranacional cuja tarefa seria a da realização da integração económica da Europa.

«(...) Criar uma comunidade supranacional para realizar a integração económica da Europa no sentido lato e, através de uma união aduaneira, passar à realização de uma união económica.»⁶⁶

Começava-se então a adivinhar que as propostas defendidas no início do século XX para a Europa estariam em vias de se realizarem. Ainda em 1955, na Conferência de Messina os seis países membros reconheceram que a sua «(...)acção no domínio da política económica, teria por objectivo a constituição de um mercado comum europeu isento de quaisquer direitos alfandegários e de quaisquer restrições quantitativas».⁶⁷

Na Conferência de Messina foi criado um comité intergovernamental, presidido por Paul-Henri Spaak, que analisou as propostas saídas da conferência e as apresentou em 1956, tendo afirmado relativamente á criação de um mercado comum:

⁶⁶ In *La Construction de L'Europe*", Pierre Gerbet, Notre siècle, Paris, 1994, pp. 197 - (60 anos de Europa – Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, pp.35

⁶⁷ In *Recueil des documents institutionnelles de la Communauté de 1950-1982*, Parlement Européen, Commission institutionnelle, Luxemburgo, pag. 81 - (60 anos de Europa – Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, pp.35

«(...) o objectivo de um mercado comum europeu deve ser criar uma vasta zona de política económica comum, constituindo uma poderosa unidade de produção e permitindo uma expansão contínua, uma maior estabilidade, uma melhoria acelerada do nível de vida e o desenvolvimento de relações harmoniosas entre os Estados que reúne. (...) Para atingir estes objectivos é absolutamente necessária uma fusão dos mercados separados (...)»⁶⁸

No relatório está também expresso que as vantagens do mercado comum só serão obtidas se forem fixados prazos e se forem disponibilizados colectivamente meios para permitir as adaptações necessárias, se se puser fim às práticas pelas quais a concorrência é falseada entre os produtores, e se for estabelecida uma cooperação entre Estados de modo a garantir a estabilidade monetária, a expansão económica e o progresso social.

Spaak faz questão de frisar no relatório apresentado, que este tipo de mercado apenas funciona com um grupo limitado de Estados:

«(...) por mais desejável que possa ser na teoria uma liberalização do comércio à escala mundial, um verdadeiro mercado comum só é realizável entre um grupo limitado de Estados, que desejamos possa ser o mais vasto possível(...)»⁶⁹

Ainda relativamente à constituição de um mercado comum, Spaak determina que a sua existência exige uma acção convergente segundo três grandes orientações, em torno das quais são articuladas as Propostas do relatório:

- «(...) Adopção de condições normais de concorrência, e o desenvolvimento harmonioso das economias interessadas permite prever que se consiga, a supressão de todas as protecções que

⁶⁸ In *Spaak Report*, Val Duchesse, 1956, pag. 9 - (60 anos de Europa – Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, pp.38-39

⁶⁹ Ibid. 60 pp. 39

colocam obstáculos às trocas e que compartimentam a economia europeia.

- As condições normais de concorrência exigem regras e procedimentos de modo a compensar o efeito das intervenções dos Estados ou das situações de monopólio e requererem uma acção comum para eliminar as dificuldades da balança de pagamentos que possam opor-se à expansão;
- Além da organização conjunta dos recursos existentes, o mercado comum requer a criação de novos recursos através da valorização das regiões subdesenvolvidas e das capacidades de trabalho não utilizadas, ajuda, em caso de necessidade, à reorientação da produção das empresas e dos trabalhadores e, finalmente, em benefício destas medidas, livre circulação dos próprios factores de produção – os capitais e os homens (...)»⁷⁰

Estão assim lançadas as primeiras pedras no contexto do processo de integração europeia que visam à criação do Mercado Comum, que acautela um conjunto de ideias também defendidas no início do século XX como a livre circulação de bens e a extinção das taxas alfandegárias.

Todavia esta realização iria ficar sujeita a três condições exigidas pelo GATT⁷¹:

- A primeira delas é que a supressão das barreiras alfandegárias abranja a maior parte do comércio entre os Estados que formarão a união. Propõe-se que o mercado comum abarque o conjunto das actividades económicas;
- A segunda condição é que a união aduaneira se forme dentro de prazos razoáveis. Para uma transformação tão profunda e tão geral, ninguém contestará que um período de dez ou mesmo quinze anos possa ser considerado razoável;

⁷⁰ Ibid. 60 pp. 39

⁷¹ General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e comércio)

- A terceira e última condição é que a incidência geral da pauta comum não seja mais elevada que a das pautas separadas que substitui. As regras de estabelecimento desta pauta externa deverão satisfazer esta condição.

Com estas condições impostas pelo GATT, fica acautelado o risco de esta se constituir como uma zona de elevada protecção externa, com tendência a isolar-se do resto do mundo ou a desviar as correntes comerciais.

O relatório de Paul- Henri Spaak viria a ser aprovado ainda em 1956 em Veneza durante uma reunião da CECA. Estava assim em marcha o processo com vista à criação de um mercado comum e uma união aduaneira.

Em 1958, Jean Monnet proferiu uma declaração em que previa a união política europeia, declaração feita em nome do Comité de acção para os Estados Unidos da Europa, em que disse que:

« (...) a unidade política de amanhã dependerá da entrada efectiva da união económica na actividade industrial, agrícola, e administrativa. É à medida que a acção das Comunidades se consolida, que as ligações entre os homens e a solidariedade, que já se podem antever, se reforçarão e se alargarão. A própria realidade permitirá então alcançar a união política, que é o objectivo da nossa Comunidade, isto é, constituir os Estados Unidos da Europa.”⁷²

Como se percebe desde o início do processo de construção europeia, sobretudo as personalidades mais destacadas apelavam à união política para enfrentar o futuro.

Outro passo essencial rumo à criação do mercado comum foi a aprovação em 1959 da convenção que cria a Associação Europeia de comércio livre (EFTA), mecanismo essencial para facilitar o comércio entre os países a ela pertencentes.

⁷² In *La Construction de L'Europe*, Pierre Gerbet, Notre siècle, Paris, 1994, pp. 272 - (60 anos de Europa – Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, pp.44

A década de sessenta do século XX no contexto do processo de integração Europeia, iniciou-se com um discurso do General De Gaulle, que aprofunda o seu pensamento sobre as intenções da França no projecto de união política.

«(...) o que a França considera como desejável, possível e prático é garantir a cooperação regular da Europa Ocidental no domínio político, económico, cultural e da defesa. Isto implica uma concertação organizada e regular dos governos responsáveis e o subsequente trabalho de organismos especializados em cada um dos domínios comuns, subordinados aos governos; implica ainda a deliberação periódica de uma assembleia formada pelos delegados dos parlamentos nacionais e, na minha opinião, deve implicar, o mais breve possível, um solene referendo Europeu, de forma a inculcar a este arranque da Europa o carácter de adesão e de intervenção popular que lhe é indispensável.»⁷³

De Gaulle explanou aqui quais as pretensões da França para o Futuro Europeu, que passaria como é possível aferir através do excerto pela cooperação entre os Estados-membros em 4 domínios essenciais: Político, Económico, Cultural e Defesa. Contudo de Gaulle não partilhava da ideia de se criar uma Europa com uma entidade supranacional acima dos Estados, mas pretendia uma Europa dos Estados, tal como defendeu numa conferência de imprensa em Maio de 1962.

Esta década fica igualmente marcada pela fundação do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias. Entre os acórdãos fundadores está o Acordo Van Gend en Loos, no qual o tribunal afirma que a CEE é: “Uma nova ordem jurídica de direito internacional”⁷⁴, que deve ser interpretada uniformemente pelas jurisdições nacionais e da qual decorrem direitos para os cidadãos invocáveis por estes junto de um tribunal nacional.

⁷³ In *La Construction de L'Europe*”, Pierre Gerbet, Notre siècle, Paris, 1994, pp. 2726- (60 anos de Europa – Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, pp.48

⁷⁴ In *Colectânea de Jurisprudência do TJCE. 1963*, pag 3 - (60 anos de Europa – Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, pp.55

Este acórdão afirma ainda o princípio do respectivo primado, o qual, oriundo de uma fonte autónoma (os Tratados), não pode ser posto em causa por textos ou medidas nacionais. Assim, o primado é uma exigência da própria ordem jurídica comunitária. Desde cedo se percebeu a importância deste tribunal para o processo de criação de um mercado comum e noutras realizações mais recentes da União Europeia.

Já na década de 70, tem lugar o Plano Werner para a União Económica e Monetária, em que os Estados membros da Então CEE concordam que a união económica e monetária:

«(...) é um objectivo realizável no decurso da actual década, desde que exista vontade política dos Estados-Membros para realizar esse objectivo, conforme declarado de forma solene na Conferência de Haia. A união tornará possível assegurar o crescimento e a estabilidade dentro da Comunidade, e reforçar, na medida do possível, a sua própria contribuição para o equilíbrio económico e monetário mundial, transformando-a num pilar de estabilidade.»⁷⁵

Com este plano os Estados-membros comprometia-se a criar no menor curto espaço de tempo uma união económica e monetária, que pressupõe a criação de uma moeda única e consequentemente de um Banco Central Europeu, que passa a deter o poder sobre a moeda, que deixa assim de estar no poder de cada um dos Estados.

No entanto com a crise Petrolífera da década de 70, em 1977 o Presidente da Comissão Europeia, Roy Jenkins fez uma declaração, na qual defendia que os argumentos e as necessidades de criação da união monetária se alteraram, sendo portanto importante definir novos pilares que vão de encontro aos problemas que se viviam à época na Europa, tais como o desemprego e a inflação. Assim, sendo apresentou sete argumentos pelos quais se deve basear a União Monetária:

(...)

⁷⁵ In *Keesing's: Record of World Events* "Kessing's World Wide, Cambridge, pag. 24781 - Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, pp.70

- «A União monetária favorece uma racionalização maior e mais eficaz da indústria e do comércio do que aquela que é possível alcançar apenas com uma união aduaneira;
- Uma moeda europeia que constituísse um outro pilar comum do sistema monetário mundial apresentaria grandes vantagens, nomeadamente, face aos problemas actuais do dólar e aos desequilíbrios que os mesmos podem causar;
- O terceiro argumento diz respeito à inflação. É quase certo que a união monetária modificaria radicalmente a situação actual, conduzindo a um movimento comum de preços;
- O quarto argumento refere-se ao emprego: actualmente não é aceitável nenhuma receita a médio prazo com vista à redução da Inflação que não traga efeitos benéficos para o emprego;
- O quinto argumento, diz respeito à repartição do emprego e do bem-estar económico entre as diferentes regiões da Europa. A união não assegurará, como por magia, uma repartição regional harmoniosa das vantagens obtidas por um reforço da integração e da união económicas;
- O sexto argumento é de ordem institucional: o nível a que devem ser tomadas as decisões ou o grau de descentralização que deveremos procurar manter na Comunidade. A União monetária implicará uma nova autoridade que se encarregue de gerir as taxas de câmbio e as reservas externas, bem como de definir as grandes orientações da política monetária interna;
- O sétimo argumento é de cariz puramente político, segundo o qual a união monetária funciona como um veículo da integração política Europeia»
(...)⁷⁶

⁷⁶ In *Bulletin CE 10-1977*, pag. 6 - Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, pp.107-109

Estes argumentos apresentados pela então Presidente da Comissão Europeia, bem como outras resoluções sobre a união Económica e Monetário levaram à criação em 1978 do Sistema Monetário Europeu (SME), que entraria em vigor em 1979.

O elemento central deste sistema é a unidade monetária Europeia (ECU) que é utilizado como unidade de conta (numerário) no mecanismo de câmbio; como base para um indicador de divergência; como unidade de conta para as operações que entrem no âmbito do mecanismo de intervenção e do mecanismo de crédito e como meio de pagamento entre as autoridades monetárias da Comunidade Europeia.

Uma das propostas apresentadas no início do século XX, passava a ser uma realização da ainda jovem Comunidade Europeia, e lança as bases para que mais tarde a união conte com uma moeda única.

Em 1985, o Livro Branco apresentado por Jacques Delors em nome da Comissão propõe a criação do mercado comum até 1993 e também 280 directivas na generalidade dos domínios relativos à livre circulação, que será consagrado no Acto Único Europeu. No livro Branco a Comissão afirma que:

«(...) conseguir a unidade deste grande mercado (320 milhões de consumidores , supõe que os Estados membros da Comunidade cheguem a acordo sobre a abolição das barreiras de toda a espécie, a harmonização das regras, a aproximação das legislações e das estruturas fiscais, o reforço da sua cooperação monetária, bem como sobre as medidas de acompanhamento necessárias para suscitar a cooperação das empresas Europeias(...)»⁷⁷

As medidas a tomar com vista à criação deste mercado comum interno reagrupam-se em três grupos: 1. Eliminação das fronteiras Físicas; 2. Eliminação das fronteiras técnicas; 3. Eliminação das fronteiras fiscais.

O Livro Branco não examina todos os aspectos da integração das economias nacionais, limita-se pois ao mercado interno e às medidas directamente necessárias

⁷⁷ In *COM (85) 310 Final*, Comissão Europeia, Bruxelas, pag. 6 - Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, pp.130

para a criação do vasto mercado único. Os Estados Europeus tinham a convicção que a criação do mercado comum iria ajudar à união política e económica e vice-versa.

Entretanto, em 1985 os países fundadores da CEE de forma não institucional anteciparam o que viria a ser conhecido como o Acordo de Schengen. Desta forma estes países possibilitam a livre circulação de pessoas, mas apenas entre estes Estados-Membros por parte dos cidadãos de todos os Estados-membros da Comunidade.

Foi passado um ano em 1986 que a Europa voltou a fazer História, tendo sido relançados os alicerces da Comunidade, no documento que viria a ser conhecido por Acto Único Europeu, que consiste na cooperação Monetária, no mercado interno, na coesão económica e social, na cooperação tecnológica e na dimensão social. Este Acto entraria em vigor em 1979 e iria mudar para sempre a configuração da União.

Mais uma vez através de um Tratado, é possível verificar que os decisores políticos à época se inspiraram nos autores do início do século XX que já defendiam a cooperação entre os Estados Europeus, nas áreas da economia, política, coesão social, a moeda única, etc.

No Conselho Europeu de 1988 em Hannover, sob a Presidência Alemã, foi confiado a um comité presidido por Jacques Delors a missão de estudar e propor as etapas que permitissem a realização da União económica e monetária.

Assim, passados dois anos, tal como previamente estabelecido, no Conselho Europeu de 1989 realizado em Madrid, foi adoptada a União Económica e Monetária, sobretudo pela decisão da convocação de uma Conferência Intergovernamental para o estabelecimento das etapas conducentes à União Económica e Monetária (UEM).

No início da década de noventa, mais precisamente em 1990 realizou-se a convenção de aplicação do Espaço Schengen que teve como base o acordo assinado em 1985 e que alargou aos restantes países-membros da comunidade a possibilidade de abrirem as suas fronteiras aos demais cidadãos Europeus. Portugal viria a abrir as suas fronteiras um ano depois, em 1991.

Ainda em 1991, no Conselho Europeu realizado no Luxemburgo, foram apreciados os projectos de tratado, resultantes das conferências intergovernamentais,

Espaço Económico, Europeu e a Livre circulação de Pessoas. Este Conselho decidiu dar luz verde à continuidade dos projectos de tratado que se tinham iniciado formalmente um ano antes.

Foi igualmente em 1991, que a Europa abraçou uma nova etapa do processo de Integração Europeia. O Conselho Europeu de Maastricht, levou à elaboração do Tratado da União Europeia (TUE) ou mais vulgarmente conhecido pelo nome da cidade onde se realizou.

Este tratado inaugura uma nova etapa na integração Europeia, já que permitiu o lançamento das bases para a integração política. A primeira grande mudança prendeu-se com o nome da Comunidade, até aqui designada por CEE (Comunidade Económica Europeia), e passado a designar-se daqui Para a frente como UE (União Europeia que assenta em três pilares:

1. As Comunidades Europeias;
2. A Política Externa e de Segurança Comum (PESC);
3. A Cooperação policial e judiciária em matéria penal (JAI).

Com este Tratado o objectivo económico inicial da Comunidade (realização do mercado comum) foi ultrapassado, tendo portanto adquirido uma dimensão mais política, e, nesse contexto, constitui uma resposta a cinco objectivos principais:

1. Reforçar a legitimidade democrática das Instituições;
2. Melhorar a eficácia das Instituições;
3. Instaurar uma União económica e monetária;
4. Desenvolver a vertente social da Comunidade;
5. Instituir uma política externa e de segurança comum.

No que respeita à União Económica e Monetária, que como já foi referido várias vezes era uma das ideias dos autores do início do século XX, este tratado previu a criação da moeda única em três etapas: A primeira etapa foi a que instaurou a livre circulação de capitais em 1990;

A Segunda etapa lançada em 1994, que permitiu a convergência das políticas económicas dos Estados-Membros; A terceira etapa deveria ter iniciar-se em Janeiro

de 1999, com a criação de uma moeda única e o estabelecimento de um Banco Central Europeu.

A política monetária assentará no Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), que integra o BCE e os Bancos Centrais Nacionais, que são obrigatoriamente independentes das autoridades políticas nacionais e comunitárias.

O acordo que levou ao estabelecimento do Espaço Económico Europeu, entrou em vigor em 1994 e abriu uma nova fase nas relações entre a Comunidade e os seus Estados-membros, constituindo um elemento de particular relevo no contexto da nova arquitectura Europeia.

O Acordo afirmava que o Espaço Económico Europeu

«(...) destinava-se a criar um conjunto integrado, dinâmico e homogéneo, baseado em regras comuns e em condições de concorrência equivalentes, dotado de meios, nomeadamente judiciais, necessários à sua aplicação, e assente na igualdade, na reciprocidade e no equilíbrio geral das vantagens, dos direitos e das obrigações das partes contratantes. (...) o acordo permite organizar no seio do EEE a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais (a realização das quatro liberdades) com base na legislação existente na Comunidade Europeia (o acervo Comunitário) tal como ela se tem desenvolvido nos últimos trinta anos, sem prejuízo de um número limitado de excepções ou de períodos transitórios(...)»⁷⁸

Com a realização do Espaço Económico Europeu, a última das ideias que os autores do início do século XX defendiam, que esta por realizar é a moeda única, para a qual já foram criadas as bases para que possa ser uma realização no início do século XXI.

Em 1997 em Amesterdão tem lugar uma nova revisão dos Tratados, sendo que esta revisão permitiu o alargamento das competências da União mediante a criação de uma política comunitária de emprego, a comunitarização de uma parte das questões

⁷⁸ In *Bolletín* CE 5-1992, pag 134 - - Os Grandes textos da Construção Europeia (2008), Gabinete do parlamento Europeu em Portugal, Lisboa, pp.214

que eram anteriormente da competência da cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos, as medidas destinadas a aproximar a união dos seus cidadãos.

A nível económico foi acordado que os Estados-membros a Comissão e o Conselho assumem o compromisso no que respeita à aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Em Maio de 1998 o Conselho da União Europeia decidiu a lista dos 11 Estados-membros que satisfaziam as condições necessárias para a adopção da moeda única, tendo nomeado também os membros da Comissão Executiva do BCE, tendo sido decididas igualmente nesse ano as taxas de conversão das moedas nacionais para a moeda única. Assim ficou decidido que a Moeda única o Euro entraria em circulação a 1 de Janeiro de 2002, ficando assim realizada a última das ideias que Coudenhove-Kalergi ou Aristides Briand já defendiam no início do século XX.

Uma data importante no panorama da Construção Europeia foi aquando da assinatura e proclamação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em Dezembro de 2000. Esta foi resultado de um procedimento original e sem paralelo na história da UE.

O Conselho Europeu de Colónia conferiu um mandato a uma Convenção para redigir um projecto de Carta.

A Convenção, constituída em 1999, aprovou-o em Outubro de 2000 e o Conselho Europeu informal de Biarritz deu o seu acordo unânime também em Outubro de 2000. O Parlamento Europeu aprovou-o em Novembro do mesmo ano, e a Comissão em Dezembro. Esta foi então proclamada no Conselho Europeu de Nice.

Entretanto em Outubro de 2004 é proposto um tratado que visa estabelecer uma Constituição Europeia, que devido ao Não de Franceses, Holandeses e Irlandeses não se chegou a concretizar, este que seria um passo importante rumo ao sonho da Europa Federal.

Passados que estão 60 anos desde o início do processo de Construção europeia e consequente integração Europeia, conseguimos perceber que os decisores políticos Europeus ao longo da segunda metade do século XX construíram e aprofundaram a

Europa, tendo em conta os contributos deixados por alguns autores, mas também decisores políticos do início do mesmo século como Coudenhove-Kalergi, Aristides Briand ou Winston Churchill, que já naquela altura propuseram algumas das mais importantes realizações da Construção Europeia.

A União aprofundou-se, nomeadamente ao nível da economia, com a criação de um Espaço Económico Europeu, em que os Estados-membros que assim o desejarem e se cumprirem um conjunto de critérios económicos podem fazer parte da moeda única, mas também realizaram a união alfandegária e o Mercado Comum interno, que se constitui actualmente como o maior mercado comercial com mais de 380 milhões de habitantes, mas também se realizaram as ideias da liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, a criação de um Tribunal Europeu de Justiça, uma harmonização da legislação entre os Estados-membros.

Podemos dizer hoje, que parte do sonho dos pais fundadores e dos autores do início do século XX está cumprido, mas o sonho dos Estados Unidos da Europa, não se encontra realizado, já que o funcionamento da União Europeia não se rege pelos pressupostos do Federalismo.

A óptica de funcionamento da União tem sido sobretudo com base no intergovernamentalismo, em que os vários Estados-membros negoceiam com vista a conseguirem apresentar uma política Europeia e tentar, embora nem sempre o tenham conseguido fazer, passar uma Europa a uma só voz.

Esta questão da dicotomia entre a Soberania nacional e a supra nacionalidade ou o federalismo Europeu é uma das questões centrais da União Europeia segundo Nuno Valério⁷⁹. Defende ainda que do ponto de vista formal, «(...) o respeito pela soberania nacional implica sempre a manutenção do processo de Construção Europeia nos limites da intergovernamentalidade, que exige que todas as decisões tomadas na união sejam tomadas por unanimidade, que as regras estabelecidas no âmbito das

⁷⁹ Professor no ISEG e autor do livro *História da União Europeia*, Editorial presença, 1ª Edição, Lisboa, 2010.

organizações europeias não prevalecem sobre o direito nacional e que os órgãos das organizações Europeias não tenham poderes próprios(...)»⁸⁰

Houve alguns saltos qualitativos como por exemplo a passagem para a supra nacionalidade, na tomada de decisões de carácter não-constituente, tomadas por maioria. Ainda segundo Nuno Valério, a possibilidade de um salto qualitativo para o federalismo foi um dos impulsos para a preparação do Tratado Constitucional da União Europeia, mas terá provavelmente sido também um contributo poderoso para a sua rejeição e por isso o Tratado de Lisboa regressou á fórmula supranacional, já tradicional no processo de construção da União Europeia.

«(...) A pergunta que se impõe é, portanto , a de saber se a União Europeia vai, a prazo, evoluir no sentido federal esboçado e fracassado com o Tratado Constitucional, implodir num regresso à estrita soberania nacional, ou estabilizar na fórmula intermédia da supra nacionalidade(...)»⁸¹

É para todos claro que a ideia de uma espécie de Estados Unidos da Europa, não se encontra realizada, e será difícil num horizonte próximo que se venha a realizar, mas é urgente a Europa definir qual o caminho que quer seguir, e consultar os cidadãos Europeus antes de avançar para qualquer um dos caminhos que decida seguir.

⁸⁰ In *História da União Europeia*, Editorial presença, 1ª Edição, Lisboa, 2010 pp. 153

⁸¹ Ibid. 72 pp. 154

Conclusão

A Ideia de “Estados Unidos da Europa” encontrou os primeiros ecos no século XVII com Victor Hugo, mas foi no século XX que se registaram um maior número de contributos. No início da década de 20 do século XX a Europa tinha acabado de sair da Primeira Guerra mundial, na qual perdera a posição hegemónica que até então lhe pertencia e necessitava de estabelecer um sistema que permitisse que os povos europeus vivessem em clima de paz durante vários anos e que a Europa recuperasse por fim a sua posição hegemónica na cena internacional. A primeira grande conquista foi quando figuras como Paul Valéry, Ortega y Gasset ou Gaston Rieu, uma elite intelectual, conseguiram que a questão passasse a ser debatida entre a elite política.

O Primeiro projecto capaz de gerar debate na esfera política foi apresentado pelo Conde Coudenhove-Kalergi que propunha uma união política dos Estados Europeus, como forma de enfrentarem o futuro e conseguirem garantir a paz aos seus cidadãos. Apesar do entusiasmo inicial, a ideia de unir politicamente Estados que há bem pouco tempo tinham garantido a sua soberania não agradavam a grande parte dos Estados Europeus. Mais tarde, já no final da década de 20, Aristides Briand apresenta na SDN um novo projecto que visa a criação dos “Estados Unidos da Europa” assumindo-o como um projecto de união económica”.

Regista-se um aparente entusiasmo inicial que depois vai-se dissipando, até que os vários Estados Europeus pedem que Briand especifique melhor os seus objectivos. Quando os Estados se apercebem que o seu projecto fala da criação de um “Laço Federal” deixam o projecto cair e votado ao fracasso tal como fora o projecto da Pan-Europa de Kalergi. Apesar do fracasso a que foram votados, devido a serem propostas demasiado futuristas, a encontrarem grande resistência dos cidadãos mais afectos aos movimentos nacionalistas e por não haver um verdadeiro interesse político na questão, serviram de certa forma para o apaziguamento das relações franco-alemães e até a uma tentativa falhada de criação de um partido Europeu e anunciaram algumas medidas e pilares que formam hoje a UE como o Euro ou a abolição das taxas alfandegárias, já defendidas à época e só realizadas depois de 1950.

O certo é que os projectos não recolheram o consenso necessário e acabaram por sucumbir e pouco depois a Europa vê-se a braços com a 2ª Guerra Mundial que a deixa completamente de rastos, tendo precisado da ajuda americana com o Plano Marshall. Apesar de todas estas dificuldades a Ideia de “Estados Unidos da Europa” não “morreu” e curiosamente foi um inglês, Winston Churchill quem no pós 2ª Guerra Mundial falou novamente desta união política Europeia, continuando a Inglaterra á margem desta união. Esta figura acaba por ser um dos principais impulsionadores do início da integração Europeia na 2ª metade da década de 50.

Até ao final do século XX a Europa cruzou-se com alguns acontecimentos que a podia ter fragilizado como os choques petrolíferos, a guerra dos Balcãs e a globalização, mas não se registavam contributos para a criação dos Estados Unidos da Europa. Esta ideia viria a ser novamente retomada já em 2005 por Guy Verhofstadt que vem apelar á criação dos “Estados Unidos da Europa” sem grandes resultados práticos.

É contudo inegável que estes projectos têm uma visão bastante futurista, tendo em conta o período no qual foram apresentados e tal como possível verificar os decisores políticos em algumas medidas/pilares que actualmente existem na União Europeia como uma zona de comércio livre ou uma moeda Única, o Euro inspiraram-se claramente nas suas ideias, apesar de inicialmente estes terem sido votados ao fracasso.

Foi também possível verificar que o federalismo Europeu vai em grande medida buscar os seus pressupostos àquilo que é o Federalismo Norte-americano, considerado o mais bem-sucedido modelo federal, que ainda hoje existe. Apesar disso, o federalismo europeu tem em conta algumas especificidades que não existem no federalismo Norte-Americano, pois na Europa estamos perante dezenas de países com as fronteiras definidas há largos anos e nos quais existe um forte sentimento de pertença a um estado, ou seja o conceito de Estado-Nação encontra-se fortemente enraizado, não sendo portanto fácil fazer com que estes Estados abduquem da maior parte da sua soberania para uma entidade supranacional.

O facto de no seio da União encontrarmos países que só à pouco mais de duas décadas recuperaram a sua soberania, também não ajuda a que os líderes desses países estejam muito receptivos a uma união de tipo federal.

Hoje em dia a União tem um funcionamento sobretudo de cariz intergovernamental, em que o meio para se chegar a consensos é através do diálogo e da negociação entre os vários Estados-membros, com vista a falarem a uma só voz num mundo cada vez mais globalizado e competitivo e no qual os grandes centros de comercio, e decisão estão a mudar, e no qual a Europa pode ver o seu papel preponderante desaparecer se não decidir o mais rápido possível qual o futuro que quer seguir.

O sonho dos pais fundadores, da criação de uns Estados Unidos da Europa ainda não se realizou, e não é crível que aconteça a curto médio prazo, tendo em conta que actualmente os responsáveis europeus, estão mais focados em acabar com a crise económico-financeira, que já dura há quatro anos, crise esta que também poderia ser aproveitada para pensar na Europa Federal, caso houvesse vontade política, o que parece não existir manifestamente.

Como sempre a Europa tem sido uma construção feita por pequenos passos, mas é certo que este é o único projecto de integração a nível económico e politico que já resistiu há de meio século e que contribuiu decisivamente para o fim dos conflitos no continente.

Bibliografia

- AAVV; *60 Anos de Europa – os grandes textos da Construção Europeia*, Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, 2008
- BALTAZAR, Isabel; *A Ideia de “Estados Unidos da Europa” entre as duas Guerras – Reflexos em Portugal*, UNL, 2003, Lisboa.
- BÉROUD, Sophie; WEYDERT, Jean: *O Futuro da Europa*, Ambar, Porto, 2002;
- CAMPOS, José Mota de; *Manual de Direito Comunitário*, Coimbra Editora, 5ª Edição, 2007, Coimbra.
- CEAUSESCU, Gheorghe; *Nascimento e Formação da Europa*; Fim de Século, 2007, Lisboa.
- CHRYSOCHOU, Dimitris; *Theorizing European Integration*, Routledge edition, Second Edition, 2009, Oxon
- COSTA, Carla Guapo; *Economia e Política da Construção Europeia – os desafios do processo de integração*, Terramar, 2004, Lisboa.
- DAWSON, William Harbutt; *The Pan-European Movement*. The Economic Journal, Março 1927, vol.37 no.145 p.p. 62-67;
- DUFF, Andrew: *Federal Union now*; The Federal Trust for Education and Research, 2011
- FULLBRIGHT, J. William; *a United states of Europe?*. The Annals of the American Academy of Political and Social Science 1948 – 257:151
- GASSET, José Ortega y; *Rebelião das massas*, Biblioteca do exército editora, 4ª Edição, 2006.

- KALERGI, Coudenhove Richard, *Pan-Europa*, Editora Encuentros, 2010.
- KALERGI, Richard Coudenhove; *The Pan-European outlook*. Royal Institute of International Affairs, September 1931, vol. 10 no. 5 p.p. 638-651;
- KELEMEN, R. Daniel; *The structure and dynamics of EU Federalism*; in. Comparative Political Studies, February 2003 vol. 36 no. 1-2 p.p. 184-208;
- LEONARD, Mark; *Século XXI a Europa em Mudança*; Editorial Presença, 1ª Edição, 2005, Lisboa.
- MASCLET, Jean-Claude; *A União Política da Europa*, Bertrand, 1975, Amadora.
- MAUTER, Wendell R. *Churchill and Unification of Europe*. The Historian, September 1998, Vol. 61 no. 1 p.p. 67-84;
- MITRANY, David; *The Prospect of Integration – Federal or functional*. Journal of Common Market Studies, june 1965, vol. 4 no. 2 p.p. 119-149;
- NOUSCHI, Marc; *Em Busca da Europa – Construção Europeia e Legitimidade Nacional*, Instituto Piaget, 1996, Lisboa.
- PARENT, Joseph M. *Europe's structural Idol: An American Federalist Republic*. Political Science Quartely sep.1 2009
- SIDJANSKI, Dusan; *El Futuro Federalista de Europa – De los orígenes de la Comunidad Europea a la Unión Europea*; Edição Enrique Martínez Gutiérrez
- SLOTERDIJK, Peter; *Se a Europa Acordar – Reflexões sobre o programa duma potência Mundial no termo da sua ausência política*, Relógio d'Água, 2008, Lisboa.

- SOROMENHO-MARQUES, Viriato; *Tópicos de Filosofia e Ciência Política - Federalismo: das raízes Americanas aos dilemas Europeus*; Esfera do Caos; 2ª Edição, 2011, Lisboa
- VALÉRIO, Nuno; *História da União Europeia*, Editorial Presença, 1ª Edição, 2010, Lisboa
- VALÉRY, Paul; *Variété I et II*, Gallimard, 2009.
- VERHOFSTADT, Guy; *Os Estados Unidos da Europa*, Gradiva, 2006, Lisboa
- VILLANUEVA, Daniel C; *Richard von Coudenhove Kalergi's "Pan-Europa as the elusive object of longing"*. Rocky Mountain Review of Language and Literature, 2006 – vol.59 no. 2 p.p. 67-80;
- http://www.fmsoares.pt/mario_soares/textos_ms/008/442.pdf - Consultado em 08.03.2012
- <http://www.publico.pt/Política/paulo-rangel-assume-visao-federalista-sobre-a-europa-1381473> - Consultado em 10.11.2011
- <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/nuno-melo-critica-opcoes-federalistas-do-ps-e-do-psd-1384096> - Consultado em 10.11.2011

Anexos

Anexo 1 – Excerto do manifesto Pan-Europeu de Coudenhove Kalergi

“Europeus e europeias! O relógio do destino da Europa soou!

Nas fábricas europeias são produzidas diariamente armas, para esmagar os homens europeus – nos laboratórios europeus preparam-se diariamente venenos, para destruir as mulheres e as crianças europeias.

Enquanto isso, a Europa, com uma inconsciência difícil de entender, joga a própria sorte; com uma incrível cegueira, não vê o que tem pela frente; por uma incrível inacção, ela deixa-se, sem qualquer vontade, ser conduzida para a mais terrível catástrofe que alguma vez atingiu uma parte da Terra (...).

A única salvação é: Pan-europa; a união de todos os países democráticos da Europa continental num agrupamento internacional, numa associação com finalidade política e económica. (...)

O programa pan-europeu constitui um todo indivisível. O caminho tem várias etapas – o fim é único. (...) Somente uma eliminação do perigo de guerra por arbitragens obrigatórias poderia abrir o caminho para o fim das fronteiras alfandegárias e a passagem a um comércio livre europeu. Inversamente, as indústrias nacionais e a sua protecção pelos Estados produzem focos de nacionalismo europeu e constituem uma ameaça à paz europeia. Pelo contrário, a comunidade de interesses é o caminho mais seguro para uma união política. Assim, a parte económica do programa pan-europeu sustenta a política e vice-versa.

O problema europeu soa assim:

‘É possível que, na pequena península europeia, vinte e cinco Estados vivam juntos numa permanente anarquia sem que esta situação acabe numa terrível catástrofe política, económica e cultural?’

Os antieuropeus respondem a esta questão, dizendo que até à data foi possível.

Esta resposta ignora a realidade. No século XX mudaram profundamente todas as premissas da multidão de Estados da Europa de até então. (...)

Se os povos quiserem – então vai nascer a Pan-europa; os povos apenas têm de rejeitar dar o seu voto a todos os candidatos e partidos cujo programa é antieuropeu. (...)

Permanentemente, deve ser repetida esta verdade simples: uma Europa fragmentada leva à guerra, opressão, miséria, uma Europa unida, leva à paz e bem-estar!

Salvai a Europa e os vossos filhos!”

Anexo 2 – Discurso de Aristides Briand na SDN

BRIAND, UM IDEALISTA OU UM VISIONÁRIO?

«(...) Associei-me, nestes últimos anos, a uma propaganda activa em favor de uma ideia que se quis rotular de generosa, talvez para não a qualificar de imprudente.

Esta ideia, que nasceu há já alguns anos e que invadiu a imaginação de filósofos e poetas, valendo-lhes o que se poderia apelidar de sucesso de estima, esta ideia progrediu por mérito próprio. E acabou por surgir como resposta a uma necessidade. Os propagandistas reuniram-se para a difundir, para a fazer ir mais longe no espírito das nações e confesso que me encontrava entre estes propagandistas.

No entanto, nunca me iludi quanto às dificuldades de tal projecto, nem descurei os inconvenientes que podem advir para um homem de Estado ao lançar-se no que se poderia qualificar como uma aventura. (...)

Penso que entre os povos que estão geograficamente agrupados como sendo os povos da Europa, deverá existir uma espécie de vínculo federativo; estes povos deverão ter a possibilidade de, a qualquer momento, entrar em contacto, discutir os seus interesses, tomar resoluções comuns, estabelecer um vínculo de solidariedade, que lhes permita fazer face, no momento oportuno, a eventuais circunstâncias graves. É este vínculo que eu gostaria de me esforçar por estabelecer.

É evidente que a associação actuará sobretudo no domínio económico: é a questão mais urgente. Penso que aqui poderemos obter resultados positivos. Mas estou igualmente certo de que, do ponto de vista político e do ponto de vista social, o vínculo federal, sem afectar a soberania de cada uma das nações que poderiam fazer parte de tal associação, poderia ser vantajoso e proponho-me, durante esta sessão, convidar os meus colegas que representam aqui as nações europeias a considerar oficiosamente esta sugestão e a propô-la para análise aos respectivos governos, a fim de formular mais tarde, talvez durante a próxima sessão da Assembleia, as possibilidades de realizações que nela julgo discernir. (...)»

Discurso de A. BRIAND, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, perante a SDN, a 5 de Setembro de 1929, JO da SDN, décima sessão, Genebra, 1929.

O MANIFESTO DE VENTOTENE*

«(...) O problema que urge resolver em primeiro lugar — sob pena de tornar vão qualquer outro progresso eventual — é o da abolição definitiva da divisão da Europa em Estados nacionais soberanos. O desmembramento da maior parte dos Estados do continente sob o cilindro compressor alemão já unificou o destino dos povos europeus, chamados a submeterem-se, em conjunto, ao domínio hitleriano ou a sofrerem, em conjunto e por igual, após a queda daquele, uma crise revolucionária face à qual não se apresentarão condensados e distintos em sólidas estruturas estatais. Os espíritos estão já mais abertos do que no passado, no que respeita a uma reorganização da Europa de tipo federal. A dura experiência destas últimas dezenas de anos abriu os olhos a quem não queria ver e fez amadurecer muitos elementos favoráveis ao nosso ideal. Todos os homens sensatos admitem 'a partir de agora' que é tão impossí-

vel manter um equilíbrio entre Estados europeus, entre os quais a Alemanha militarista beneficiaria das mesmas condições que os outros países, como retalhar a Alemanha e mantê-la acorrentada, uma vez vencida. Está, de resto, provado que nenhum país da Europa poderá permanecer no seu canto enquanto os outros se batem, não tendo as declarações de neutralidade e os pactos de não agressão qualquer valor. Daqui em diante, ficou demonstrada a inutilidade — e mesmo a nocividade — de organismos como as Nações Unidas que pretendia garantir o direito internacional, sem uma força internacional capaz de impor as suas decisões e que não respeitava, além do mais, a soberania absoluta dos Estados membros. (...)

Pela propaganda e pela acção, procurando estabelecer, de todas as formas possíveis, acordos e alianças entre os diversos movimentos que, nos diferentes países, se formam inevitavelmente, é necessário lançar, desde já, as bases de um movimento capaz de mobilizar todas as forças e que saiba gerar o novo organismo que constituirá a criação mais grandiosa e mais inovadora conseguida na Europa, desde há séculos: isto com o intuito de constituir um Estado federal sólido que disponha de uma força armada europeia — em substituição dos exércitos nacionais —, que rompa decididamente com as autarcias económicas, espinha dorsal dos regimes totalitários, que possua órgãos e meios suficientes para fazer executar, nos diferentes Estados federados, as suas próprias deliberações com vista à manutenção de uma ordem comum, deixando aos ditos Estados a autonomia necessária para uma articulação flexível e para o desenvolvimento de uma via política em conformidade com as características particulares dos diferentes povos. (...)»

UM DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA EUROPEIA

«De Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Para lá desta linha encontram-se as capitais de todos os países da Europa de Leste: Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia. Todas estas cidades famosas, todas estas nações situam-se na esfera soviética e todas estão subjogadas, de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética, mas ainda ao controlo amplamente alargado e constantemente aumentado de Moscovo. Apenas Atenas, com a sua glória imortal, é livre de decidir sobre o seu futuro através de eleições às quais assistirão observadores britânicos, americanos e franceses. O governo polaco, dominado pela Rússia, foi, enganosamente, encorajado a usurpar de forma considerável o território alemão e assistimos, hoje, ao deslocamento doloroso de populações, cujo alcance ultrapassa todos os limites da imaginação: trata-se de milhões de alemães. Os partidos comunistas, que eram fracos em todos estes países do Leste europeu, foram investidos de poderes que não correspondem de forma alguma à sua importância numérica e procuram adquirir, por todo o lado, um controlo totalitário. Em quase todos os casos, é um Estado policial que ocupa o poder e, à excepção da Checoslováquia, não existe uma verdadeira democracia. A Turquia e a Pérsia estão ambas profundamente conturbadas e agitadas por reivindicações, pelo que são objecto de pressões exercidas pelo governo de Moscovo. Os Russos estão a preparar-se para tentar estabelecer em Berlim, na sua zona de ocupação, uma espécie de partido comunista favorecendo os grupos de dirigentes alemães de esquerda. (...)

Quaisquer que sejam as conclusões a retirar destes factos — e estamos aqui perante verdadeiros factos — não foi certamente para construir esta Europa libertada que nos batemos. Nem é numa Europa como esta que encontraremos os fundamentos de uma paz duradoura.»

W. CHURCHILL, Discurso pronunciado em Fulton, Missouri, a 5 de Março de 1946.

Anexo 5 – Cronologia da Construção Europeia

Cronologia da construção europeia

1950

9 de Maio

Robert Schuman, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, propõe, num discurso inspirado por Jean Monnet, a gestão conjunta dos recursos de carvão e de aço da França e da República Federal da Alemanha numa organização aberta aos outros países europeus.

1951

18 de Abril

Os Seis assinam em Paris o Tratado que institui a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).

1952

27 de Maio

Assinatura em Paris do Tratado que institui a Comunidade Europeia da Defesa (CED).

1954

30 de Agosto

A Assembleia Nacional francesa rejeita o Tratado sobre a CED.

20 a 23 de Outubro

Conclusão dos acordos de Paris, na sequência da conferência de Londres: estes acordos estabelecem as modalidades de alargamento do Pacto de Bruxelas que dá origem à União da Europa Ocidental (UEO).

1955

1 e 2 de Junho

Conferência de Messina: os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Seis decidem o alargamento da integração europeia a toda a economia.

1957

25 de Março

Assinatura em Roma dos Tratados que instituem a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Euratom.

1958

1 de Janeiro

Entrada em vigor dos Tratados de Roma e instalação, em Bruxelas, das comissões da CEE e da Euratom.

1960

4 de Janeiro

Assinatura da Convenção de Estocolmo que institui, por iniciativa do Reino Unido, a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA).

1962

30 de Julho

Entrada em vigor da política agrícola comum (PAC).

1963

14 de Janeiro

No decurso de uma conferência de imprensa, o general De Gaulle anuncia que a França exprime o seu veto contra a entrada do Reino Unido na CEE.

20 de Julho

Assinatura em Ilaundé do Acordo de Associação entre a CEE e 18 países africanos.

1965

Abril

Assinatura do acordo sobre a fusão dos órgãos executivos das três Comunidades (CECA, CEE e CEEA), que institui uma Comissão e um Conselho únicos, tendo entrado em vigor em 1 de Julho de 1967.

1966

29 de Janeiro

Compromisso do Luxemburgo: a França aceita retomar o seu assento no Conselho, como contrapartida da manutenção da regra da unanimidade, sempre que estiverem em jogo «interesses muito importantes».

1968

1 de Julho

Eliminação, com um ano e meio de antecedência em relação ao prazo previsto, dos últimos direitos aduaneiros intracomunitários aplicados aos produtos industriais. É instituída, paralelamente, uma pauta aduaneira externa comum.

1969

1 e 2 de Dezembro

Cimeira da Haia: os chefes de Estado e de Governo decidem passar da fase de transição para a fase definitiva da Comunidade, adoptando os regulamentos agrícolas definitivos e estabelecendo o princípio dos recursos próprios da CEE.

1970

22 de Abril

Assinatura no Luxemburgo do acordo que prevê o financiamento progressivo das Comunidades a partir de recursos próprios e que estabelece o alargamento dos poderes de controlo do Parlamento Europeu.

30 de Junho

Abertura, no Luxemburgo, das negociações com os quatro países candidatos à adesão (Dinamarca, Irlanda, Noruega e Reino Unido).

1972

22 de Janeiro

Assinatura, em Bruxelas, dos Tratados de adesão dos novos membros da CEE (Dinamarca, Irlanda, Noruega e Reino Unido).

24 de Abril

Constituição da «Serpente Monetária». Os Seis decidem limitar a 2,25% as margens de flutuação das respectivas moedas entre si.

1973

1 de Janeiro

Entrada da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido na CEE (referendo negativo na Noruega).

1974

9 e 10 de Dezembro

Cimeira de Paris: os nove chefes de Estado e de Governo decidem reunir-se regularmente num Conselho Europeu (três vezes por ano), propõem a eleição do Parlamento por sufrágio universal e decidem a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

1975

28 de Fevereiro

Assinatura, em Lomé, de uma Convenção (Lomé I) entre a Comunidade e 46 países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP).

22 de Julho

Assinatura do Tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e institui um Tribunal de Contas europeu. Entrada em vigor em 1 de Junho de 1977.

1978

6 e 7 de Junho

Cimeira de Brema: a França e a RFA propõem um relançamento da cooperação monetária mediante a criação de um Sistema Monetário Europeu (SME), que deveria substituir a «Serpente».

1979

13 de Março

Entrada em vigor do Sistema Monetário Europeu (SME).

28 de Maio

Assinatura do Acto de Adesão da Grécia à Comunidade.

7 a 10 de Junho

Primeira eleição, por sufrágio universal directo, dos 410 deputados do Parlamento Europeu.

31 de Outubro

Assinatura, em Lomé, da segunda Convenção (Lomé II) entre a CEE e 58 Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico.

1981

1 de Janeiro

Adesão da Grécia à Comunidade Europeia.

1984

28 de Fevereiro

Adopção do programa Esprit (programa europeu de investigação estratégica no domínio das tecnologias da informação).

14 a 17 de Junho

Segundas eleições para o Parlamento Europeu.

8 de Dezembro

Assinatura, no Togo, da terceira Convenção de Lomé (Lomé III) entre os Dez e 66 países de África, das Caraíbas e do Pacífico.

1985

Janeiro

Jacques Delors é nomeado presidente da Comissão das Comunidades Europeias.

2 a 4 de Dezembro

Conselho Europeu do Luxemburgo: os Dez acordam a revisão do Tratado de Roma, assim como o relançamento da integração europeia mediante a redacção de um «Acto Único Europeu».

1986

1 de Janeiro

Adesão de Espanha e de Portugal à Comunidade Europeia.

17 e 28 de Fevereiro

Assinatura, no Luxemburgo e na Itália do Acto Único Europeu.

1987

14 de Abril

A Turquia apresenta o seu pedido de adesão à CEE.

1 de Julho

Entrada em vigor do Acto Único.

27 de Outubro

Adopção, na Haia, pela UEO, de uma plataforma comum sobre a segurança.

1988

Fevereiro

Reforma do financiamento das políticas da CEE. Programação plurianual das despesas 1988-1992. Reforma dos fundos estruturais.

1989

Janeiro

O período de exercício de funções do presidente da Comissão, Jacques Delors, é renovado por quatro anos.

15 a 18 de Junho

Terceira eleição do Parlamento Europeu, por sufrágio universal directo.

17 de Julho

A Áustria apresenta o seu pedido de adesão à CEE.

9 de Novembro

Queda do muro de Berlim.

9 de Dezembro

Conselho Europeu de Estrasburgo, que decide a convocação de uma conferência intergovernamental.

15 de Dezembro

Assinatura da Convenção de Lomé IV com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico.

1990

29 de Maio

Assinatura dos acordos que instituem o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD).

19 de Junho

Assinatura dos acordos de Schengen.

4 e 16 de Junho

Malta e Chipre apresentam os seus pedidos de adesão à CE.

3 de Outubro

Unificação alemã.

14 de Dezembro

Abertura, em Roma, das conferências intergovernamentais sobre a união económica e monetária e sobre a união política.

1991

1 de Julho

A Suécia apresenta o seu pedido de adesão à CE.

21 de Outubro

Acordo sobre a constituição do Espaço Económico Europeu (EEE), que associa a Comunidade e os seus vizinhos da Europa Ocidental.

9 e 10 de Dezembro

Conselho Europeu de Maastricht.

1992

7 de Fevereiro

Assinatura do Tratado da União Europeia em Maastricht.

18 de Março

A Finlândia apresenta o seu pedido de adesão à CE.

25 de Março

A Noruega apresenta o seu pedido de adesão à CE.

2 de Maio

Assinatura, no Porto, do acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE).

2 de Junho

A Dinamarca rejeita, por referendo, o Tratado de Maastricht.

20 de Junho

A Irlanda aprova, por referendo, o Tratado de Maastricht.

20 de Setembro

A França aprova, por referendo, o Tratado de Maastricht.

11 e 12 de Dezembro

Conselho Europeu de Edimburgo.

1993

1 de Janeiro

Realização do mercado único.

18 de Maio

Segundo referendo na Dinamarca: aprovação do Tratado de Maastricht.

1 de Novembro

Entrada em vigor do Tratado de Maastricht.

1994

1 de Abril

A Hungria apresenta o seu pedido de adesão à União Europeia.

8 de Abril

A Polónia apresenta o seu pedido de adesão à União Europeia.

15 de Abril

Assinatura da Acta Final das negociações do ciclo do Uruguay Round do GATT em Marraquexe.

9 e 12 de Junho

Quarta eleição do Parlamento Europeu, por sufrágio universal directo.

Aprovação, por referendo, do Tratado de Adesão da Áustria.

24 e 25 de Junho

Conselho Europeu de Corfu.

Assinatura dos actos de adesão à União Europeia da Áustria, Finlândia, Noruega e Suécia.

16 de Outubro

Aprovação, por referendo, do Tratado de Adesão da Finlândia.

13 de Novembro

Aprovação, por referendo, do Tratado de Adesão da Suécia.

27 e 28 de Novembro

Rejeição, por referendo, do Tratado de Adesão da Noruega.

9 de Dezembro

Conselho Europeu em Essen.

1995

1 de Janeiro

Adesão da Áustria, Finlândia e Suécia à União Europeia.

23 de Janeiro

Início de funções da Comissão presidida por Jacques Santer (1995-2000).

26 de Março

Entrada em vigor da Convenção de Schengen.

2 de Junho

Primeira reunião do grupo de reflexão sobre a Conferência Intergovernamental de revisão dos Tratados.

12 de Junho

Acordos europeus com a Estónia, Letónia e Lituânia.

22 de Junho

A Roménia apresenta o seu pedido de adesão.

26 e 27 de Junho

Conselho Europeu de Cannes. Atribuição do mandato do grupo de reflexão encarregado de preparar a Conferência Intergovernamental.

27 de Junho

A Eslováquia apresenta o seu pedido de adesão

27 de Outubro

A Letónia apresenta o seu pedido de adesão.

24 de Novembro

A Estónia apresenta o seu pedido de adesão.

27 e 28 de Novembro

Conferência Euromediterrânica de Barcelona.

8 de Dezembro

A Lituânia apresenta o seu pedido de adesão.

14 de Dezembro

A Bulgária apresenta o seu pedido de adesão.

15 e 16 de Dezembro

Conselho Europeu de Madrid.

1996

16 de Janeiro

A Eslovénia apresenta o seu pedido de adesão.

17 de Janeiro

A República Checa apresenta o seu pedido de adesão.

29 de Março

Abertura da Conferência Intergovernamental no Conselho Europeu de Turim.

21 e 22 de Junho

Conselho Europeu de Florença.

13 e 14 de Dezembro

Conselho Europeu de Dublin.

1997

17 de Fevereiro

Intervenção de Jacques Santer sobre a encefalopatia espongiforme dos bovinos (BSE) perante o Parlamento Europeu.

16 e 17 de Junho

Conselho Europeu de Amesterdão.

16 de Julho

Apresentação da Agenda 2000 ao Parlamento Europeu.

2 de Outubro

Assinatura, em Amesterdão, do Tratado «consolidado».

20 e 21 de Novembro

Cimeira sobre o emprego no Luxemburgo.

12 e 13 de Dezembro

Conselho Europeu do Luxemburgo.

1998

1 de Janeiro

Início da presidência britânica.

30 de Março

Lançamento do processo de adesão dos 10 Estados candidatos da Europa Central e Oriental e de Chipre — seguido de conferências intergovernamentais bilaterais com Chipre, em primeiro lugar, e depois com a Hungria, Polónia, Estónia, República Checa e Eslovénia.

31 de Março

Schengen: supressão do controlo das pessoas nas fronteiras terrestres da Itália.

1 a 3 de Maio

Conselho dos ministros das Finanças dos Quinze e Conselho Europeu. Decisão sobre os Estados em condições de participar na terceira fase da UEM.

15 e 16 de Junho

Conselho Europeu de Cardife.

1 de Julho

Início da presidência austríaca.

1999

1 de Janeiro

Onze países da União Europeia entram na terceira fase da UEM e adoptam o euro. Início da presidência alemã.

25 de Março

Conselho Europeu de Berlim — Acordo global sobre a Agenda 2000 e renovação das perspectivas financeiras.

1 de Maio

Entrada em vigor do Tratado de Amesterdão.

3 e 4 de Junho

Conselho Europeu de Colónia.

8 a 13 de Junho

Quintas eleições directas para o Parlamento Europeu.

1 de Julho

Início da presidência finlandesa.

15 de Setembro

Investidura pelo Parlamento Europeu da Comissão Europeia presidida por Romano Prodi.

10 e 11 de Dezembro

Conselho Europeu de Helsínquia.

2000

1 de Janeiro

Início da presidência portuguesa.

1 de Julho

Início da presidência francesa.

2002

1 de Janeiro

Entrada em circulação das moedas e notas do euro.

1 de Julho

Retirada das moedas e notas das moedas nacionais.

Anexo 6 – Declaração Schumann – 9 de Maio de 1950

A declaração de 9 de Maio de 1950

A paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criativos à altura dos perigos que a ameaçam.

O contributo que uma Europa viva e organizada pode dar à civilização é indispensável para a manutenção de relações pacíficas. Ao assumir-se há mais de 20 anos como defensora de uma Europa unida, a França teve sempre por objectivo essencial servir a paz. A Europa não foi construída, tivemos que enfrentar a guerra.

A Europa não se fará de uma só vez, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem primeiro uma solidariedade de facto. A união das nações europeias exige que seja eliminada a secular oposição entre a França e a Alemanha: a acção deve envolver principalmente estes dois países.

Com esse objectivo, o Governo francês propõe actuar imediatamente num plano limitado mas decisivo:

«O Governo francês propõe subordinar o conjunto da produção franco-alemã de carvão e de aço a uma Alta Autoridade comum, numa organização aberta à participação dos outros países da Europa.»

Colocar em comum as produções de carvão e de aço garantirá imediatamente o estabelecimento de bases comuns de desenvolvimento económico, primeira etapa da federação europeia, e mudará o destino de regiões durante muito tempo

condenadas ao fabrico de armas de guerra, das quais foram as primeiras vítimas.

A solidariedade de produção assim alcançada revelará que qualquer guerra entre a França e a Alemanha se torna não só impensável como também materialmente impossível. A criação desta poderosa unidade de produção aberta a todos os países que nela queiram participar permitirá fornecer a todos os países que a compõem os elementos fundamentais da produção industrial em condições idênticas, e lançará os fundamentos reais da sua unificação económica.

Esta produção será oferecida a todos os países do mundo sem distinção nem exclusão, a fim de participar na melhoria do nível de vida e no desenvolvimento das obras de paz. Com meios acrescidos, a Europa poderá prosseguir a realização de uma das suas funções essenciais: o desenvolvimento do continente africano.

Assim se realizará, simples e rapidamente, a fusão de interesses indispensável à criação de uma comunidade económica e introduzirá o fermento de uma comunidade mais vasta e mais profunda entre países durante muito tempo opostos por divisões sangrentas.

Esta proposta, por intermédio da colocação em comum de produções de base e da instituição de uma nova Alta Autoridade cujas decisões vincularão a Alemanha, a França e os países aderentes, lançará as

primeiras bases concretas de uma federação europeia indispensável à preservação da paz.

A fim de prosseguir a concretização dos objectivos assim definidos, o Governo francês está disposto a iniciar negociações nas seguintes bases.

A missão atribuída à Alta Autoridade comum consistirá em assegurar, a breve trecho: a modernização da produção e a melhoria da sua qualidade; o fornecimento, em condições idênticas, de carvão e de aço aos mercados alemão, francês e dos países aderentes; o desenvolvimento da exportação comum para outros países; a harmonização no progresso das condições de vida da mão-de-obra dessas indústrias.

Para atingir estes objectivos a partir das condições muito díspares em que actualmente se encontram as produções dos países aderentes, deverão ser tomadas, a título provisório, determinadas disposições, incluindo a aplicação de um plano de produção e de investimentos, a instituição de mecanismos de perequação dos preços e a criação de um fundo de reconversão destinado a facilitar a racionalização da produção. A circulação do carvão e do aço entre os países aderentes será imediatamente isenta de qualquer direito aduaneiro, não podendo ser afectada por tarifas de transporte distintas. Progressivamente, criar-se-ão condições para assegurar espontaneamente a repartição mais racional da produção ao mais elevado nível de produtividade.

Ao contrário de um cartel internacional que tende a repartir e explorar os mercados

nacionais com base em práticas restritivas e na manutenção de elevados lucros, a organização projectada assegurará a fusão dos mercados e a expansão da produção.

Os princípios e compromissos essenciais acima definidos serão objecto de um tratado assinado entre os Estados. As negociações indispensáveis para precisar as medidas de aplicação serão realizadas com a assistência de um mediador designado de comum acordo; este terá a missão de velar por que os acordos respeitem os princípios e, em caso de oposição irreductível, fixará a solução a adoptar. A Alta Autoridade comum, responsável pelo funcionamento de todo o regime, será composta por personalidades independentes designadas numa base paritária pelos governos; o presidente será escolhido de comum acordo entre os governos; as suas decisões serão de execução obrigatória na Alemanha e em França e nos restantes países aderentes. As necessárias vias de recurso contra as decisões da Alta Autoridade serão asseguradas por disposições adequadas. Um representante das Nações Unidas junto da referida Alta Autoridade elaborará semestralmente um relatório público destinado à ONU, dando conta do funcionamento do novo organismo, nomeadamente no que diz respeito à salvaguarda dos seus fins pacíficos.

A instituição da Alta Autoridade em nada prejudica o regime de propriedade das empresas. No exercício da sua missão, a Alta Autoridade comum terá em conta os poderes conferidos à autoridade internacional da região do Rur e quaisquer outras obrigações impostas à Alemanha, enquanto estas subsistirem.